



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.saude.gov.br>

EDITAL Nº 90063/2026

Processo nº 00611150.000549/2025-31

OBJETO: A aquisição de colchões hospitalares, instituída neste Estudo Técnico Preliminar, visa atender às demandas das unidades hospitalares que integram a rede da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN).

TIPO DE DISPUTA: **MENOR PREÇO POR ITEM.**

IMPORTANTE:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 22/05/2026.

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): às 10:00horas.

LOCAL: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 925550

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de **Brasília /DF.**

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO: ATÉ DIA-19/MAIO/2026

Pregoeiro(a): PRISCILA MEDEIROS DA SILVA

Endereço: *Secretaria de Estado da Saúde Pública*

Comissão Permanente de Licitação

Email: sesap.cpl@gmail.com

Telefone: 84 3232-2671

CNPJ: 08.241.754/0001-45

ComprasGov: www.gov.br/compras/pt-br e www.compras.rn.gov.br

A Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP, torna público, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na sua forma **ELETRÔNICA** - tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para **Registro de Preços**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, do Decreto Estadual 32.449, de 07 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. A aquisição de colchões hospitalares, instituída neste Estudo Técnico Preliminar, visa atender às demandas das unidades hospitalares que integram a rede da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN).

1.2. O registro de preços será do tipo menor **preço por item.**

1.3. As propostas deverão estar sujeitas à legislação vigente da Agência Nacional da Vigilância Sanitária (ANVISA).

1.4. Havendo qualquer discordância na especificação entre o Edital e do Termo de Referência, prevalecerá a do Termo de Referência.

1.5. O orçamento estimado para a contratação terá caráter sigiloso, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

2. DA COTA RESERVADA

2.1. Não haverá a a reserva de cotas, de acordo com a Justificativa da ausência de cotas reservadas juntada aos autos do processo.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

b) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.10. Não poderão participar deste Pregão:

- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação

trabalhista;

- Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, conforme justificativa acostada aos autos do processo administrativo;

4. DA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- 4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 4.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 4.3.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, salvo quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 4.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, o licitante que o tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura das propostas de preços, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 4.5. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 4.6. **O(s) pedido(s) de esclarecimento(s) ou impugnação(ões)** deverão ser encaminhados pelo **e-mail: sesap.cpl@gmail.com**.
- 4.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 4.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 4.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnação serão divulgadas pelo sistema em campo próprio e vincularão os participantes e a administração.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Não haverá ordem de classificação na etapa de cadastro da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.3. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.4. De acordo com o art. 63, II, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), será exigida a apresentação dos documentos para habilitação apenas pelo licitante vencedor, tendo em vista que a fase de habilitação não antecede a de julgamento na presente licitação.
- 5.5. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;
- 5.6. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso*;
 - Fabricante;
 - Marca (Exceto quando se tratar de marca própria e exclusiva, situação em que a licitante deve expressar que se trata de “marca própria e exclusiva”, evitando uma identificação antecipada);
 - *Valor unitário e valor total do item, conforme solicitação do sistema.*
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.
- 6.3. A inconformidade das informações cadastradas com as das propostas poderá acarretar na desclassificação

da empresa.

6.4. O preço deverá ser cotado em moeda corrente nacional com no máximo **quatro casas decimais** após a vírgula e estarem inclusas todas e quaisquer despesas, tais como: frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias), a contar da data de sua apresentação.

6.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.9. Os preços ofertados deverão obedecer o teto máximo nas aquisições de medicamentos destinados ao Sistema Único de Saúde – SUS, ou seja, o Preço de Fábrica (PF) ou quando necessário o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG).

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que sejam inexequíveis.

7.3. Também será desclassificada a licitante que se identificar durante o cadastro de proposta no sistema, conforme previsto no item do Preenchimento da Proposta.

7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7. Durante a sessão de disputa, poderá ocorrer abertura de vários itens simultaneamente cabendo ao Licitante acompanhar atentamente as convocações do pregoeiro quanto as chamadas para os Itens.

7.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **item**.

7.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.*

7.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

a) A disputa terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

b) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

c) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

d) Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;

e) Não havendo **lance final e fechado** classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

f) Poderá o Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14. Durante a fase aberta de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável ou que entenda ter sido lançado erroneamente. Nesta hipótese, o sistema encaminhará mensagem à licitante na qual faculte o direito de repetir tal lance.

7.14.1. Os licitantes não devem manter contato, seja por e-mail ou por telefone, durante a fase de lances com o pregoeiro ou equipe de apoio para evitar identificação. Qualquer problemática deverá ser analisada em momento posterior à fase de lances.

7.14.2. Por impossibilidades do sistema, não é possível realizar a exclusão de lances durante as fases aleatória e fechada.

7.15. Não serão aceitas propostas que apresentem preços simbólicos ou irrisórios.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública de lances, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. Também devem ser considerados os dispositivos previstos na LC nº 675/2020.

7.19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro negociará condições mais vantajosas.

7.25. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da documentação exigida em Edital.

7.28. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DO JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e

em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para, em prazo definido pelo mesmo, enviar documento digital complementar por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, através de comunicação via sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. O documento de proposta deverá:

- ser em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.9. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.10. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II, da Lei nº 14.133/2021).

8.11. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.12. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.13. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.14. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a verificação do eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, tanto em relação à empresa como também em relação ao sócio majoritário, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

8.15. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

8.16. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.17. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.18. O (a) Pregoeiro (a) poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e/ou da documentação, podendo solicitar amostras dos materiais aos arrematantes, para realização de testes complementares necessários a verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, através do sistema, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado, contado da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

8.19. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do SESAP/RN ou,

ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para verificar a aceitabilidade das propostas caso tenha alguma dúvida. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o pregoeiro **poderá**:

- solicitar complementação de informações, documentos e **ajustes na proposta escrita** para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;
- solicitar **ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços** para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração dos valores proposto;
- **sanar erros ou falhas** que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante **despacho fundamentado**, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- **realizar diligências** em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

8.20. **Na hipótese de serem solicitados**, documentos originais ou cópias autenticadas, a entrega deverá ser agendada, via chat, com o pregoeiro, respeitando o prazo máximo de 03 dias úteis para cumprimento da solicitação. Endereço para entrega: Secretaria de Estado da Saúde Pública - Unidade Integrada de Licitação - Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 730 - 9º andar, CEP: 59025-600 - Natal - RN.

8.21. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova, caso não seja possível a verificação, o licitante será desclassificado.

8.22. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

8.22.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou.

8.22.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br

8.22.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores

8.22.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores

8.22.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI

8.22.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou

8.22.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.22.8. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971.

8.23. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

8.23.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.23.2. Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social e Certidão Conjunta expedida pela Receita Federal (de débitos relativos e à Dívida Ativa da União);

8.23.3. Certificado de Regularidade de Situação - CRS, relativo ao FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

8.23.4. Certidão Negativa de Débito do Estado do domicílio ou sede do licitante e/ou Certidão Negativa de Tributos do Município, do domicílio ou sede do licitante;

8.23.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal (CIM), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.23.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº12. 440 de 07 de julho de 2011.

8.23.7. As microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas deverão apresentar toda a documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.23.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista **de microempresas ou empresas de pequeno porte**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.23.9. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.23.10. Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante. Este Item se aplica às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Dec. Estadual

8.23.11. Apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.23.12. De acordo com a Súmula 289 do TCU, a exigência de índices contábeis de liquidez deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. Logo, no presente certame, a comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa será apurada pelo Índice de Liquidez Corrente - calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final maior ou igual a 1,0 (hum). (Fórmula de natureza técnica-contábil).

8.23.13. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$
$\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$
$\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$

8.23.14. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.23.15. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.23.16. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

8.23.17. Com intuito de justificar a qualificação financeira exigida, destaca-se que a exigência de índices contábeis de liquidez deve conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade, conforme Súmula 289 do TCU. Assim, a exigência dos índices contábeis, assim como dos demais documentos de qualificação financeira, foi incluída para garantir a participação de empresas que tenham capacidade de suportar os ônus inerentes à contratação e não fere o limite delineado pelo TCU, são índices padronizados e usuais nas análise contábeis, não restringindo a ampla concorrência.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Conforme termo de referência.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.
- c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5.1. A falta de manifestação imediata do licitante, durante o prazo estabelecido, quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.5.2. O acolhimento do recurso implica tão-somente invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. Na fase recursal, é assegurada aos interessados vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, por meio da Consulta Pública do SEI RN ou através de solicitação formal via e-mail da Unidade Integrada de Licitação.

10.7. É dever do licitante observar as formalidades relativas aos atos praticados no sistema eletrônico, conforme normas e orientações fornecidas pelo provedor do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E RETORNO DA NEGOCIAÇÃO

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

11.1.2. Para continuidade de negociações pendentes;

11.1.3. Para realização de diligências.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Ordenador de Despesas, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO CADASTRO DE RESERVAS

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; ou

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A Ata de Registro de Preços constitui o instrumento de acordo, de natureza obrigacional, pelo qual a Administração registra os preços dos proponentes vencedores do certame licitatório e respectivos produtos, prazos e demais condições de fornecimento, observando o previamente estabelecido no edital e nos anexos.

14.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

14.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que o valor seja compatível com os preços praticados no mercado, devidamente comprovado mediante pesquisa mercadológica atualizada.

15. DA CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DA ATA

15.1. Após Homologação, o pregoeiro convocará através sistema processual SEI - Sistema Eletrônico de Informações, o adjudicatário para assinar a ata de registro de preços;

15.2. A assinatura da **Ata de Registro de Preços, do termo ou instrumento contratual**, ocorrerá por **via eletrônica** no sistema processual SEI. O representante da empresa vencedora (ou aceita no cadastro de reserva) deverá realizar cadastro para acesso ao sistema processual SEI para fins de assinatura digital, conforme passo a passo disponível no [site](#).

15.3. O prazo para assinatura do documento é de três dias úteis a contar do momento de disponibilização por

meio do sistema SEI RN. O prazo poderá ser prorrogado de acordo com necessidade justificada.

16. DA RECUSA EM ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Realizada a convocação do adjudicatário e decorrido o prazo para assinatura da Ata definido neste edital, no caso do licitante convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar-se a assinar a ata de registro de preços, o pregoeiro convocará, se houver, o cadastro reserva e verificará a habilitação do mesmo, formalizando nova ata.

16.2. A recusa injustificada do licitante convocado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade de sua proposta caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

16.3. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, ficará sujeito às sanções administrativas previstas neste edital e demais cominações legais.

17. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Após assinatura da ata, poderá ser formalizado contrato, momento no qual será exigido o mesmo cadastro no SEI RN anteriormente mencionado.

18. DO REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

18.2. No caso de formalização de contrato:

18.2.1. os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

18.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se índices específicos ou setoriais em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2.3. Conforme processo 00610075.000868/2024-42, caso não seja indicado um índice no termo de referência que melhor esteja correlacionado com os custos do objeto contratual ou não haja algum índice de adoção consagrada para o objeto contratado, deve ser adotado o IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

18.2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.2.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.2.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. DO PAGAMENTO

19.1. Os pagamentos serão efetuados pela FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela unidade orçamentária do requisitante conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária) vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados.

19.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em:

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

19.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

19.5. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

19.6. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

20. DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO, DO PRAZO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Conforme termo de referência.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

21.2.1. advertência;

21.2.2. multa;

21.2.3. impedimento de licitar e contratar;

21.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.5. A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

21.6. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.7. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.8. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

21.9. As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

21.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021,

será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

21.15. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

21.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

21.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

21.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.19. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

21.20. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

21.21. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

21.22. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

21.22.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

21.22.2. pagamento da multa;

21.22.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

21.22.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

21.22.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

21.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

22. DAS OBRIGAÇÕES

22.1. As obrigações da contratada e contratante encontram-se previstas no termo de referência.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. A SESAP, na defesa do interesse do serviço Público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se ao direito de prorrogar, anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação.

23.2. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e nos Princípios Gerais do Direito.

23.3. Na **contagem dos prazos** deste edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento.

23.4. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência (Especificação do objeto) - 40234558;
- ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços - 38439375;

- ANEXO III - Modelo de Proposta de preços;
- ANEXO IV - Minuta de Contrato - 41102099;
- ANEXO V - Estudo Técnico Preliminar - 40234074.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO RICARDO GALHARDO, Assistente Técnico em Saúde**, em 07/05/2026, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41158419** e o código CRC **B4AE2193**.

ANEXOS A MINUTA DE EDITAL

MODELO DE PROPOSTA

ITEM	Nº REGISTRO M.S.	CMED	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/FABRICANTE	DENOMIÇÃO COMERCIAL (Quando houver)	PREÇO UNIT.
	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$ _____ VALOR DO ICMS R\$ _____ ALÍQUOTA DO ICMS _____ PREÇO LÍQUIDO DO ITEM R\$ _____							

O preço total da presente proposta é de R\$: _____ (_____). (Valor por extenso)

1. Declaramos que a validade desta proposta é de _____ dias a contar da data de sua entrega.
2. Declaramos expressamente que, no(s) preço(s) acima ofertado(s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
3. Informamos a conta bancária da empresa:

Banco _____,

Nº da conta: _____,

Agência _____,

Telefone para contato _____

E-mail _____.
4. Estamos de acordo com todas as Cláusulas do edital.

Atenciosamente,

_____/RN, ____ de _____ de 2026.

Assinatura e carimbo

Diretor ou representante legal - RG/CPF

(Esta proposta deverá ser encaminhada em documento timbrado da empresa)

Referência: Processo nº 00611150.000549/2025-31

SEI nº 41158419



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA - SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.saude.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00611150.000549/2025-31

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A aquisição de colchões hospitalares, instituída neste Estudo Técnico Preliminar, visa atender às demandas das unidades hospitalares que integram a rede da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANT.
1	Colchão para uso hospitalar na uti e demais leitos dos pacientes (pacientes de um modo geral), espuma de poliuretano, d-33, medidas aproximadas de 190cm, 18cm, 90cm, para área hospitalar impermeável revestido em napa, ou courvim, cor azul royal, antialérgico, lavável contendo respiros nas laterais, com costuras embutidas, selado pelo INMETRO, gramatura de 420 g/m2 variação de + ou - 5%, garantia de 06 meses.	390923	UND	8802
2	Colchão para berço de uso hospitalar , tamanho p, na dimensão aproximadas de 1,00m x 0,50cm x 0,10cm. Confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça, revestido em courvim, selado pelo INMETRO, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, densidade -33. Garantia de 06 meses.	406329	UND	348
3	Colchão para beliche/cama para repouso , material 100% espuma extrafirme, revestimento impermeável, revestido em napa, ou courvim, selado pelo INMETRO, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, dimensões aproximadas de altura 0,18cm, comprimento 1,88m, largura 0,88m, densidade 33. Garantia de 06 meses..	390923	UND	1733
4	Colchão para maca hospitalar . Usado para receber e transportar, pacientes de um modo geral, em espuma d26, confeccionado em espuma 100% poliuretano de 05 cm. Revestido em material impermeável. Acabamento em courvim. Medidas aproximadas de 1,80 x 0,54 x 0,05 (c x l x a). Cor azul royal, antialérgico, lavável contendo respiros nas laterais, com costuras embutidas, selado pelo INMETRO, garantia de 06 meses.	601392	UND	1331
5	Colchão de ar - SOLTEIRO - ADULTO . COMPOSIÇÃO: Colchão de ar inflável para prevenção de escaras para cama comum solteiro. Em PVC atóxico; com válvula para regulagem de ar; não deforma. TAMANHO/CAPACIDADE: Dimensão: 1,90 m x 90 cm. Resistente até 130kg. Com registro na ANVISA.	449854	UND	1788
6	Travesseiro hospitalar , densidade 12, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano antiácido, antifúngico e antialérgico, medidas aproximadas de 0,60 m x 0,40 m x 0,05 m, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, selada pelo INMETRO. Garantia de 03 meses.	467126	UND	3734
7	Colchonete para berço de recém-nascido em acrílico , densidade 20, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano, medidas aproximadas de 63cm x largura 32cm e altura 04cm, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, tratamento antiácido e antifúngico, selada pelo INMETRO. Garantia de 03 meses.	401297	UND	624
8	Colchão para incubadora , densidade 28, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano, medidas aproximadas de 0,60 m x 0,30 m, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, tratamento antiácido e antifúngico, selada pelo INMETRO. Características adicionais: compatível com incubadora neonatal. Garantia de 03 meses.	401295	UND	425
9	Colchão para berço aquecido , densidade 28, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano, medidas aproximadas de 0,64 m x 0,31 m, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, tratamento antiácido e antifúngico, selada pelo INMETRO. Características adicionais: compatível com berço aquecido. Garantia de 03 meses.	401297	UND	269
10	Rolo de posicionamento , confeccionado em espuma 100% poliuretano, revestido com napa resistente e impermeável selada pelo INMETRO, com costura vulcanizada, densidade D-28. Dimensões aproximadas: 0,45 m x 0,10 m. Garantia de 03 meses.	357334	UND	1818
11	Colchão para berço de uso hospitalar , tamanho p, na dimensão aproximadas de 1,60m x 0,50cm x 0,10cm. Confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça, revestido em courvim, selado, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, densidade -33. Garantia de 06 meses.	364864	UND	144
12	Colchão hospitalar para obesos , uso em UTI e demais leitos, confeccionado em espuma de poliuretano de alta densidade (mínimo D-45), com reforço interno para suportar peso de até 250 kg, medidas aproximadas de 2,00 m de comprimento x 1,00 m de largura x 0,20 m de altura, revestimento impermeável em napa ou courvim hospitalar, cor azul royal, resistente à desinfecção química e ao ressecamento, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais para ventilação interna. Selado pelo INMETRO, gramatura mínima de 420 g/m², variação de ± 5%. Garantia mínima de 06 meses.	614749	UND	880
	Colchão para bilibêrço , em gel transparente, confeccionado em gel polímero atóxico, macio, flexível, impermeável			

13	lavável e resistente à desinfecção química. Indicado para uso hospitalar, especialmente em unidades neonatais, incubadoras, berços aquecidos ou bilibêrços. Apresenta superfície lisa, sem costuras, com bordas arredondadas para evitar lesões e facilitar a higienização. Proporciona conforto térmico e distribuição uniforme da pressão, contribuindo para o bem-estar do paciente. Dimensões aproximadas: 325 mm x 575 mm x 9 mm (32,5 cm x 57,5 cm x 0,9 cm). Características adicionais: antialérgico, antiácido, antifúngico, reutilizável, compatível com protocolos de controle de infecção hospitalar. Garantia mínima: 6 meses	Não encontrado	UND	30
----	---	----------------	-----	----

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme [Decreto nº 32.449, de 07 de março de 2023](#).
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser renovada, mediante justificativa da Administração e vantajosidade da prorrogação, nos termos do art. 84, §3º da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4.1 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que trata-se de unidades hospitalares que demandam sempre insumos de saúde específicos para seu próprio funcionamento contínuo.
- 1.6. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.7. Em acordo com o art. 24 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, o valor estimado do processo licitatório manterá caráter sigiloso até a conclusão da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.
- 1.7.1. O valor estimado do processo licitatório será mantido em sigilo, a fim de garantir a imparcialidade e a competitividade entre os participantes. Essa medida visa prevenir que o conhecimento prévio do valor influencie os preços apresentados pelos fornecedores, assegurando, assim, a obtenção de propostas justas e condizentes com a realidade do mercado.

2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no **Item 2** do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, incluso nos autos deste processo.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 3.1. A solução consiste na aquisição de colchões hospitalares e acessórios correlatos destinados ao uso em leitos clínicos, UTIs, unidades neonatais, macas, incubadoras e demais ambientes assistenciais, observadas as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.
- 3.2. Considerando o ciclo de vida do objeto, foram avaliadas as etapas de fabricação, fornecimento, armazenamento, utilização intensiva em ambiente hospitalar, higienização recorrente com agentes químicos, desgaste natural pelo uso contínuo e substituição ao final da vida útil. As especificações técnicas exigidas (densidade da espuma, revestimento impermeável hospitalar, resistência à desinfecção química, costuras embutidas ou selagem, certificações e registros aplicáveis) visam ampliar a durabilidade e reduzir riscos de deterioração precoce.
- 3.3. Durante a fase de uso, os itens estarão sujeitos a carga contínua de peso, manipulação frequente, limpeza diária e protocolos rigorosos de controle de infecção, fatores que impactam diretamente sua vida útil. Por essa razão, optou-se por materiais que ofereçam maior resistência estrutural e sanitária, minimizando a necessidade de substituições recorrentes e evitando custos indiretos decorrentes de reposições emergenciais.
- 3.4. Ao final da vida útil, os itens que apresentarem desgaste incompatível com o uso assistencial deverão ser substituídos, observando-se os procedimentos internos de baixa patrimonial ou descarte de bens inservíveis, conforme normas administrativas e sanitárias aplicáveis, mitigando riscos ambientais e operacionais.
- 3.5. Assim, a solução proposta considera não apenas a aquisição inicial, mas todo o ciclo de vida dos bens, incluindo custos indiretos, riscos de deterioração, impacto na segurança assistencial e necessidade de reposição programada, assegurando maior eficiência e economicidade para a Administração.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, incluso nos autos deste processo.

Indicação de marcas ou modelos ([41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação da(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), tendo em vista a livre participação dos interessados.

Da exigência de amostra

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

- 4.4. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:
- a) Itens que não forem conhecidos da equipe que fará a análise técnica dos produtos.
 - b) Itens que despertem dúvidas quanto à qualidade, rotulagem, aspecto da embalagem, peso, ressalvado os casos em que os materiais cotados sejam de marca e qualidade já aprovados em fornecimentos anteriores e para os quais não haja registro de reclamações dos usuários dos produtos nas Unidades. Para tanto, é necessário que o licitante descreva minuciosamente os produtos na sua proposta, fazendo constar inclusive as marcas e modelos.

4.5. A apresentação de amostra poderá ser dispensada quando se tratar de produto cujo exemplar já tenha sido aprovado em teste anterior realizado pela contratante ou que já seja conhecida pelos profissionais responsáveis pela emissão do parecer técnico.

4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço Avenida Deodoro da Fonseca 730 - Cidade Alta - Natal, no prazo limite de 24 horas, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. Deverão ser encaminhadas em embalagens que assegurem a sua chegada em perfeitas condições de análise, devidamente identificadas (nome da licitante, modalidade, nº da licitação, data e item a que se refere).

4.8. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.9. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.10. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- c) Compatibilidade às especificações exigidas neste Termo de Referência;
- d) Rotulagem em conformidade com a legislação vigente - *RDC nº 429*, de 8 de outubro de 2020 da ANVISA.

4.11. Os exemplares colocados à disposição da contratante serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados/testados pela equipe responsável pela análise

4.12. A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos do Edital.

4.13. A amostra, quando solicitada, deverá ser encaminhada à Equipe de contratação/SESAP, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

4.14. O envio das amostras ocorrerá sem ônus para a SESAP/RN.

4.15. Os produtos classificados poderão ser submetidos a nova avaliação técnica sempre que a contratante julgar conveniente, ficando seu fornecimento suspenso no caso de reprovação.

4.16. A contratante não se responsabilizará por amostra que seja entregue com embalagem danificada e/ou sem condições para análise.

4.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.19. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.20. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

4.21. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.22. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.23. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.23.1. A exigência da garantia encontra fundamento na natureza e dimensão do objeto, que envolve quantitativos elevados, fornecimento parcelado e distribuição descentralizada para diversas unidades hospitalares da rede estadual, sendo os itens indispensáveis à continuidade dos serviços assistenciais.

4.23.2. A Análise de Riscos identificou como eventos relevantes: atraso no fornecimento, entrega de produtos em desconformidade técnica, necessidade de substituições recorrentes e risco de desabastecimento. Tais ocorrências podem impactar diretamente a segurança do paciente e a continuidade dos atendimentos.

4.23.3. Assim, a garantia contratual visa resguardar a Administração quanto ao fiel cumprimento das obrigações assumidas, mitigar riscos de inexecução e assegurar maior segurança jurídica e administrativa, mostrando-se proporcional e compatível com a complexidade logística da contratação.

Participação de microempresas e empresas de pequeno porte

4.34. A aplicação da exclusividade para ME/EPP nos itens com valor estimado inferior a R\$ 200.000,00 foi analisada à luz da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e da Lei Complementar Estadual nº 675/2020.

4.34.1. Embora existam itens com valor estimado individual inferior ao referido limite, a contratação foi estruturada por Sistema de Registro de Preços, com fornecimento contínuo, quantitativos expressivos, padronização técnica obrigatória e logística de distribuição para unidades hospitalares localizadas em diferentes regiões do Estado.

4.34.2. A fragmentação da contratação por meio da aplicação da exclusividade por item poderia comprometer a economia de escala, elevar custos unitários, gerar múltiplos fornecedores com padrões distintos de fornecimento e aumentar o risco logístico e operacional, especialmente quanto à reposição tempestiva e à uniformidade técnica dos materiais.

4.34.3. Considerando a essencialidade dos itens, a necessidade de padronização e a eficiência operacional da rede hospitalar, conclui-se que a aplicação da exclusividade, neste caso, pode acarretar prejuízo à competitividade e à vantajosidade da contratação, enquadrando-se na hipótese prevista no art. 45, inciso II, da LCE nº 675/2020 e art. 49, incisos II e III, da LC nº 123/2006.

4.34.4. Assim, a não adoção do tratamento diferenciado encontra-se devidamente motivada por razões técnicas e operacionais concretas, visando preservar a eficiência, a economicidade e a segurança do abastecimento da rede hospitalar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O material deverá ser solicitado pelas unidades diretamente à Subcoordenadoria de Apoio Administrativo às Unidades Próprias (SUAUP), que autorizará a liberação dos bens ao Gerenciamento de Registro de Preços (GRP).

5.2. O material deverá ser entregue embalado individualmente, em embalagem original de fábrica, novo, inviolado, com dados de identificação, procedência e em perfeito estado de e integridade.

5.3. O material adquirido deverá ser entregue no prazo máximo, de 60 dias corridos, após a emissão da nota de empenho e encaminhada via e-mail pela Subcoordenadoria de Apoio Administrativo às Unidades Próprias (SUAUP), diretamente nas Unidades Hospitalares da I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII URSAP, conforme endereços relacionados no anexo I, até o quantitativo disponibilizado no anexo II deste termo de referência, das 08h00min às 14h00min, em dias úteis.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de [impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato](#), o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar [representante](#) da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Do gestor de contrato

6.6. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 47](#)):

6.6.1. analisar a documentação que antecede o pagamento;

6.6.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;

6.6.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

6.6.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

6.6.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

6.6.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

6.6.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

6.6.8. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;

6.6.9. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;

6.6.10. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;

6.6.11. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

6.6.12. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.

Do fiscal de contrato

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).^[11]

6.8. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais ([Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48](#)):

6.8.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

6.8.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.8.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

6.8.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

6.8.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;

6.8.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

6.8.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

6.8.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

6.8.9. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

6.8.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

6.9. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 49](#)).

6.9.1. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

6.9.1.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;

6.9.1.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

6.9.1.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

6.9.1.4. a conformidade do serviços fornecidos à prática de execução determinada;

6.9.1.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;

6.9.1.6. a satisfação do público usuário.

6.9.2. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.

6.9.3. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 6.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.9.4. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

6.9.4.1. marca;

6.9.4.2. qualidade;

6.9.4.3. forma de uso.

6.9.5. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50](#)).

7. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

Recebimento do Objeto

7.1. O material deverá ser solicitado pelas unidades diretamente à Subcoordenadoria de Apoio Administrativo às Unidades Próprias (SUAUP), que autorizará a liberação dos bens ao Gerenciamento de Registro de Preços (GRP).

7.2. O material deverá ser entregue em embalagem original de fábrica, novo, inviolado, com dados de identificação, procedência e em perfeito estado de e integridade.

7.3. O material adquirido deverá ser entregue no prazo máximo, de 60 dias corridos, após a emissão da nota de empenho e encaminhada via e-mail pela Subcoordenadoria de Apoio Administrativo às Unidades Próprias (SUAUP), diretamente nas Unidades Hospitalares da I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII URSAP, conforme endereços relacionados abaixo, até o quantitativo disponibilizado no anexo I deste termo de referência, das 08h00min às 14h00min, em dias úteis.

7.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de .10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.7. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

7.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 60 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.12.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

7.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.21. Os pagamentos serão efetuados pelo FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela Unidade Orçamentária do requisitante, conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária), vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados.

7.22. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em:

- a) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

7.23. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.24. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.30. Não será permitido o pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento dos produtos, conforme o art. 145 da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que não vai propiciar sensível economia de recursos e nem representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço.

8. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO].

8.2. Nas licitações promovidas pela SESAP, deverão constar das propostas de preços de mercadorias ou serviços sujeitos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), conforme disposição da [Lei Estadual nº 8.966, de 21 de junho de 2007](#).

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[\[28\]](#)

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.22. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] *QU* [patrimônio líquido mínimo] de% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] *QU* [valor total estimado da parcela pertinente].

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.25. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#))

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.27. Comprovação de cotas de aprendizes e pessoas com deficiência: no ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento de leis e decretos federais relacionados na [Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020](#), que determinam o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência.

Qualificação Técnica

8.28. Exigência de qualificação técnica foi determinada com base nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Eis o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b) sobre a razoabilidade: “As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic)ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado” Esclarecemos também que os equipamentos que fazem parte do objeto desta licitação são bens públicos e que por isso, são de interesse de toda a sociedade, e em função da alta monta de valor cabe a Administração Pública exigir cuidados e fazer sua parte para garantir a capacidade técnica dos interessados

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, de acordo com o exigido nos arts. 67 a 69 da Lei 14.133.

8.30. Prospecto, e/ou catálogo específico para cada produto ofertado, com descritivos técnicos detalhados, para que possa ser avaliado se o material ofertado atende às especificações e aos requisitos de qualidade previstas no pedido. Somente será considerado prospecto, manual e /ou catálogo extraído via internet, se o mesmo constar o endereço do site, para auxiliar no parecer técnico.

8.31. Certificado de Registro, emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, obedecendo à legislação pertinente em vigor correspondente a cada produto cotado, que deverá ser anexado à proposta. Não serão aceitos produtos com autorização de modelo, mesmo que com a validade em vigor, de acordo com a RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.

8.32. Ficha técnica dos produtos na fase de oferecimento das propostas;

8.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, comprovando o fornecimento de, no mínimo 10% do quantitativo de todos os itens do lote de interesse do licitante.

8.34. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) O(s) documento(s) deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador (es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato com a(s) empresa(s) atestante(s).

b) Cópia autenticada do contrato de fornecimento de materiais ou de prestação de serviço ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

c) Se o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá constar o reconhecimento de firma passada em cartório do titular da empresa que firmou a declaração.

8.35. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.37. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.38. Declaração do Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.39.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.39.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.39.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.39.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.39.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.39.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
9.1.	A estimativa preliminar do valor da contratação foi elaborada com base nos preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços oriunda do Processo Licitatório nº 00611150.000013/2022-72 (ID 25094214), considerando os quantitativos projetados pela área técnica para atendimento da demanda atual da rede.
9.2.	Ressalta-se que esta estimativa possui caráter referencial e preliminar, tendo como finalidade: <div><div>9.2.1.</div><div>9.2.2.</div><div>9.2.3.</div></div>
9.3.	A apuração do orçamento estimado definitivo, precedida de pesquisa mercadológica atualizada e mapa comparativo de preços, será realizada pela unidade administrativa competente, após a consolidação do Termo de Referência, conforme fluxo processual adotado no âmbito da Administração.
9.4.	A memória de cálculo da estimativa preliminar foi obtida mediante a aplicação dos preços unitários registrados na ata anterior sobre os quantitativos estimados para a nova contratação, conforme demonstrado no Documento MEMÓRIA DE CÁLCULO (40234629).
9.5.	Total estimado com base na ata anterior: R\$ 4.226.142,00 (aproximadamente).
9.6.	Os itens não constantes na ata utilizada como referência terão seus valores estimados definidos mediante pesquisa mercadológica específica, a ser realizada pela unidade responsável.
9.7.	Este custo estimado possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. Porém, será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno(art. 24, inciso I da Lei 14.133/2021).
9.8.	Nas licitações sob a modalidade pregão, é obrigatória a inclusão do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários no processo administrativo que fundamenta a licitação, facultando-se ao gestor, caso julgue conveniente, incluir referido orçamento como anexo ao edital. Acórdão nº 5263/2009 – Segunda Câmara - TCU.
9.9.	A memória de cálculo, os preços unitários referenciais, os documentos comprobatórios da pesquisa e os parâmetros utilizados para definição do valor estimado constam em documento apartado, devidamente classificado como sigiloso, integrando a fase preparatória do certame.
9.10.	A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratada, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
9.11.	Justifica-se as vantagens do orçamento sigiloso pontuado as seguintes: <div><div>9.11.1.</div><div>9.11.2.</div><div>9.11.3.</div><div>9.11.4.</div><div>9.11.5.</div><div>9.11.6.</div><div>9.11.7.</div><div>9.11.8.</div><div>9.11.9.</div><div>9.11.10.</div></div>
9.12.	A Instrução Normativa nº 65 (IN 65/2021), da Secretaria Especial de desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que disciplina a orçamentação nos processos licitatórios, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto utilizou-se o Artigo 5º da IN 65/2021 , conforme demonstrado no Relatório de Pesquisa de Preços anexo a este processo.
9.13.	Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações: <div><div>9.13.1.</div><div>9.13.2.</div><div>9.13.3.</div></div>
9.14.	A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratada, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
9.15.	Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações: <div><div>9.15.1.</div><div>9.15.2.</div><div>9.15.3.</div></div>
9.16.	A estimativa considerou, ainda, os riscos identificados na matriz de riscos da contratação, bem como a possibilidade de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses legalmente previstas.
9.17.	Ressalta-se que o detalhamento dos quantitativos, especificações técnicas e demais informações necessárias à elaboração das propostas permanecerá integralmente disponível no edital, garantindo plena competitividade e observância ao art. 24 da Lei nº 14.133/2021.
9.18.	O orçamento estimado será tornado público imediatamente após o encerramento da fase de julgamento das propostas, assegurando transparência e controle, nos termos do art. 18, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.
10.	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA <div><div>10.1.</div><div>10.2.</div><div>10.3.</div></div>
11.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE <div><div>11.1.</div><div>11.2.</div></div>
12.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA <div><div>12.1.</div><div>12.1.1.</div><div>12.1.2.</div></div>

- 12.1.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo máximo de 10 (dez);
- 12.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.1.5. atender prontamente às exigências da SESAP, constantes no Edital, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 12.1.6. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como seguir a [Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020](#), que determina o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência;
- 12.1.7. responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 12.1.8. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.
- 12.2. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- 13. A CONTRATADA OBRIGA-SE, ALÉM DAS OBRIGAÇÕES A ELA INERENTES PREVISTAS:**
- 13.1. Todos os equipamentos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante.
- 13.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação.
- 13.3. Entregar os materiais, objeto da presente licitação, no endereço indicado pela Contratante, dentro do prazo constante da proposta, contado desde o recebimento da Nota de Empenho, nas especificações, quantidades e no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas (horário local) de segunda a sexta-feira.
- 13.4. Responder pelos vícios e defeitos dos materiais e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, na execução do contrato.
- 13.5. Responder por todos os custos de manutenção (fornecimento e substituição de peças com vícios, falhas ou com defeito de fabricação bem como a mão-de-obra para a sua instalação) e não serão de responsabilidade da CONTRATANTE durante o período de garantia.
- 13.6. Fornecer, na entrega do material, os itens abaixo:
- 13.6.1. Catálogo original do equipamento.
- 13.6.2. Manual de utilização / operação do equipamento em português.
- 13.7 Substituir ou adequar o produto, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da chegada do técnico ao local de instalação do equipamento, caso se constate avarias, defeitos, prazo de validade vencida ou em desacordo com as especificações do Edital.
- 13.8 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos materiais até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou a Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma: contrato

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar e contratar
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

14.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), as seguintes sanções:

- 14.1.1. advertência;
- 14.1.2. multa;
- 14.1.3. impedimento de licitar e contratar;
- 14.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

§ 4º A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do [caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do [caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do [caput](#) do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

§ 7º As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.2. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do [caput](#) do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias

úteis, contado da data de sua intimação.

12.3. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do [art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

14.4. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.5. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.6. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

14.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

14.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#).

14.9. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

14.9.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

14.9.2. pagamento da multa;

14.9.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

14.9.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

14.9.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

14.10. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Os contratos decorrentes desta licitação regular-se-ão pelas cláusulas e preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A SESAP convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela SESAP.

§ 2º Será facultado à SESAP, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da licitante.

15.3. Tratando-se de contratação decorrente de Ata de Registro de Preços, a vigência do contrato observará o prazo estabelecido no instrumento contratual, limitado ao exercício financeiro ou ao prazo previsto na Ata, conforme o caso.

15.4. Eventual prorrogação contratual somente poderá ocorrer nas hipóteses legalmente admitidas, mediante decisão motivada da autoridade competente, condicionada à:

(i) demonstração da vantajosidade para a Administração;

(ii) manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada;

(iii) inexistência de sanções impeditivas;

(iv) manifestação formal do gestor e do fiscal do contrato quanto ao adequado cumprimento das obrigações; e

(v) previsão expressa no instrumento contratual.

15.5. A prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo previamente analisado sob os aspectos técnico, jurídico e orçamentário, com justificativa expressa nos autos quanto ao interesse público envolvido.

15.6. Antes da formalização ou eventual prorrogação, a Administração verificará a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, bem como consultará os cadastros de sanções pertinentes, juntando as respectivas certidões ao processo.

15.7. O contrato produzirá efeitos a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado.

16. DO REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis durante o período de 12 (doze) meses contados da data do início da vigência do contrato, nos termos da legislação vigente.

16.2. Após o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data-base vinculada à apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir, poderá haver reajuste, mediante solicitação formal da contratada.

16.3. O reajuste será calculado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por se tratar de índice oficial que melhor reflete a variação inflacionária da economia nacional e assegura a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

16.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

16.5. Em caso de atraso ou não divulgação do índice de reajuste, será utilizado provisoriamente o último índice divulgado, procedendo-se à compensação quando da publicação do índice definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado o índice que vier a substituí-lo oficialmente ou, na ausência de substituto legal, outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos do objeto, mediante termo aditivo devidamente justificado.

16.7. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente.

16.8. Fica expressamente consignado que o índice adotado neste Termo de Referência será replicado no Edital e na Minuta Contratual, garantindo uniformidade normativa e segurança jurídica.

17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2023.

17.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no [art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

17.3. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. ([art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021](#))

17.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

17.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.

17.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18. DO CANCELAMENTO/REVOGAÇÃO E RESCISÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O Registro de Preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

18.1.1. Não houve acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas no item 14 deste Termo de Referência, Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 32.449/2023, e alterações posteriores de ambos.

18.1.2. Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências inseridas no SRP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

18.1.3. Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

18.2. O Registro de Preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público,

- quando o titular do registro:
- 18.2.1. Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes no SRP;
 - 18.2.2. Recusar-se a assinar instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Contratante;
 - 18.2.3. Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base no SRP proveniente deste Termo de Referência;
 - 18.2.4. Não mantiver as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 (trinta) dias;
 - 18.2.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021;
- 18.3. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.
- 18.4. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.
- 18.5. O cancelamento/revogação do registro na hipótese prevista no item 17.1.2. neste Termo de Referência não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.
- 18.6. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1. É vedada a participação das unidades integrantes neste Termo de Referência em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de Ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.
- 19.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 e suas alterações e pelo [Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023](#) e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.
- 19.3. O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, que deverá ter aprovação da autoridade competente, pela conveniência e oportunidade, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do [art. 12, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 303/2005](#).

ANEXO I
UNIDADES CONTEMPLADAS

Unidades próprias SESAP:			
NOME DA UNIDADE	SIGLA	REGIONAL DE SAÚDE	ENDEREÇO
Hospital Regional Lindolfo Gomes Vidal	HRLGV	I URSAP	Rua Ana de Pontes, Nº 136 - Santo Antônio/RN
Hospital Regional Monsenhor Antônio Barros	HRMAB	I URSAP	Rua Moizaniel de Carvalho S/Nº - São José De Mipibú/RN - CEP: 59162-000
II Unidade Regional de Saúde Pública do RN	II URSAP	II URSAP	Rua Dr. João Marcelino, Nº 2130 - Abolição - Mossoró/RN
Hemocentro de Mossoró		II URSAP	Rua Projetada, s/n - Aeroporto, Mossoró - RN, CEP: 59600-971 Telefone: 3232-6703/3232-6704/3232-6700/3232-6701
Hospital da Mulher Parteira Maria Correia	HMPMC	II URSAP	Rua Professor Antônio Campos, Presidente Costa e Silva - Mossoró/RN, CEP: 59625620
Hospital Rafael Fernandes	HRF	II URSAP	Rua Prudente de Moraes S/Nº - Santo Antônio - Mossoró/RN
Hospital Regional Dr. Aguiinaldo Pereira da Silva	HRDAPS	II URSAP	Rua Aparício Carlos Fernandes, Nº 299 - Caraúbas/RN - CEP: 59780-000
Hospital Regional do Seridó Telecila Freitas Fontes	HRS	II URSAP	Rua Estrada do Perímetro Irrigado - Sabugi - S/Nº Paulo Vi - Caicó/RN
Hospital Regional Dr. Hélio Moraes Marinho	HRHMM	II URSAP	Rua Projetada, S/Nº Apodi/RN- CEP: 59700-000
Hospital Regional Josefa Alves Godeiro	HRJAG	III URSAP	Rua Jerônimo Câmara, S/Nº - João Câmara/RN- CEP: 59550-000
IV Unidade Regional de Saúde Pública do RN	IV URSAP	IV URSAP	Praça Dom José Delgado, S/Nº, Bairro Paraíba, Caicó/RN
Hemocentro de Caicó		IV URSAP	Rua Renato Dantas, Nº 455 - Centro - Caicó/RN Telefone: 3232-6703/3232-6704/3232-6700/3232-6701
Hemocentro de Currais Novos		IV URSAP	Rua Carnaúbas dos Dantas, Nº 150 - Juscelino Kubitschek - Currais Novos/RN Telefone: 3232-6703/3232-6704/3232-6700/3232-6701
Hospital Regional Dr. Mariano Coelho	HRMC	IV URSAP	Rua Teotônio Freire, Nº 813 - Currais Novos/RN- CEP: 59380-000
VI Unidade Regional de Saúde Pública do RN	V URSAP	V URSAP	Br 405 - Km 03 - Nº 1997 - Arizona - Pau dos Ferros/RN
Hospital Regional Monsenhor Expedito	HRME	V URSAP	Rua José Sinézio dos Santos, 5, São Paulo do Potengi/RN, CEP: 59460-000
Hemocentro de Pau dos Ferros		VI URSAP	Br 405, KM 3, 1971 - Arizona, Pau dos Ferros - RN, CEP: 59900-000 Telefone: 3232-6703/3232-6704/3232-6700/3232-6701
Centro Estadual de Reabilitação e Atenção Ambulatorial Especializada	CERAE	VII URSAP	Avenida Alexandrino de Alencar, Nº 1900 - Tirol - Natal /RN - CEP: 59015-350 Telefone: 3232-6660/3232-6683/3232-6656
Hemocentro Dalton Barbosa Cunha	HEMONORTE	VII URSAP	Avenida Alexandrino De Alencar, Nº 1800 - Tirol - Natal/RN - CEP: 59015-350 Telefone: 3232-6703/3232-6704/3232-6700/3232-6701
Hospital Central Coronel Pedro Germano	HCCPG	VII URSAP	Avenida Prudente de Moraes, Nº 1381 - Tirol - Natal/RN - CEP: 59020-400 Telefone: 3232-3658
Hospital Regional Dr. Alfredo Mesquita Filho	HRAMF	VII URSAP	Rua D. Pedro Matos, S/Nº - Macaíba/RN Telefone: 3271-6830/3271-6800/3271-6804 - 6801 - 6802 Fax: 3271- 6814
Regulação	CORSA	VII URSAP	Avenida Floriano Peixoto, Nº 550 - Petrópolis - Natal/RN
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	SAMU	VII URSAP	Rua Vicente Tavares, 2595, Macaíba - RN, CEP: 59280-000
Serviço de Verificação de Óbitos	SVO	VII URSAP	R. Cônego Monte - S/N - Quintas (Anexo ao Hospital Giselda Trigueiro) Telefone: 3232-7900/3232-7907/3232-7909
Unidade Central de Agentes Terapêuticos	UNICAT	VII URSAP	R. Nilo B. Ramalho, 1691 - Morro Branco - Natal Telefone: 3232-6840/3232-6844/3232-6853

Unidades com autonomia - participantes

NOME DA UNIDADE	SIGLA	REGIONAL DE SAÚDE	ENDEREÇO
Hospital Regional Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia	HRTM	II URSAP	Rua Projetada, S/Nº - Aeroporto - Mossoró/RN
Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade	HRCCA	VI URSAP	Rodovia 405, Km 02 - Pau dos Ferros/RN
Hospital Geral Dr. João Machado	HGJM	VII URSAP	Avenida Alexandrino de Alencar, Nº 1700 - Tirol - Natal /RN - Cep: 59015-350 Telefone: 3232-7389 / 3232-7340 Fax: 3232-7344
Hospital Dr. José Pedro Bezerra	HJPB	VII URSAP	Rua Araguari, S/Nº, Potengi - Natal/RN Telefone: 3232-7717/3232-7721/3232-7722/3232-7773-Fax: 3232-0457/3232-7768
Hospital Drª Giselda Trigueiro	HGT	VII URSAP	Rua Cônego Monte, Nº 110 - Quintas - Natal/RN Telefone: 3232-7900/3232-7907/3232-7909 Fax: 3232-7955
Hospital Maria Alice Fernandes	HMAF	VII URSAP	Rua Pedro Alvares Cabral - S/Nº Parque Dos Coqueiros - Natal/RN Telefone: 3232-5412
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel	HMWG	VII URSAP	Rua Moizaniel de Carvalho S/Nº - São José De Mipibú/RN - Cep: 59162-000 Telefone: 3232-7532/3232-7515/3232-7516 Fax: 3232-760
Hospital Regional Dr. Deoclécio Marques de Lucena	HRDML	VII URSAP	Rua Sadi Mendes, S/Nº - Santos Reis - Parnamirim/RN- Cep: 59150-000 Fone: 3644-3767 Fax: 3644-6490
Hospital Regional Nelson Inácio dos Santos	HRNIS	VIII URSAP	Rua Dr. Luiz Carlos, Nº 150 - Assu/RN

ANEXO II
PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO.

QUANTITATIVO COLCHÃO HOSPITALAR 12 MESES		1º Região - S. José Mipibu		2º Região - Mossoró						3º Região João Câmara
		Hospital Regional Monsenhor Antônio Barros - São José de Mipibú	Hospital Lindolfo Gomes Vidal - Santo Antônio	Hospital da Mulher	Hospital Rafael Fernandes - Mossoró	Hemocentro Regional de Mossoró	Hospital Regional Hélio Moraes Marinho - Apodi	Hospital Regional Dr. Aguiinaldo Pereira - Caraúbas	Hospital Regional Dr. Tarcísio Maia - Mossoró	Hospital Regional João Câmara
Leitos cadastrados no CNES		44	61	80	38	2	62	29	189	74
Quantidade considerando 3 trocas		132	183	240	114	6	186	87	567	222

NECESSIDADE APRESENTADA PELAS UNIDADES
CONFORME PROCESSO SEI Nº
00611150.000322/2025-95

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO
1	Colchão para uso hospitalar na uti e demais leitos dos pacientes (pacientes de um modo geral), espuma de poliuretano, d-33, medidas aproximadas de 190m, 18cm, 90cm, para área hospitalar impermeavel revestido em napa, ou courvim, cor azul royal, antialérgico, lavável contendo respiros nas laterais, com costuras embutidas, selado, gramatura de 420 g/m2 variação de + ou - 5%, garantia de 06 meses.	UND	132	183	240	114	6	186	87	567	222
2	Colchão para berço de uso hospitalar, tamanho p, na dimensão aproximadas de 1,00m x 0,50cm x 0,10cm. Confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça, revestido em courvim, selado, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, densdade -33. Garantia de 06 meses.	UND	50	0	60	0	0	0	0	0	0
3	Colchão, (para beliche/cama para repouso), material 100% espuma extrafirme, revestimento impermeavel, revestido em napa, ou courvim, selado, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, dimensões aproximadas de altura 0,18cm, comprimento 1,88m, largura 0,88m, densidade 33. Garantia de 06 meses..	UND	50	50	80	20	8	40	10	100	60
4	Colchão para maca hospitalar . Usado para receber e transportar, pacientes de um modo geral, em espuma d26 com espuma de 05 cm. Revestido em material impermeável. Acabamento em courvin. Medidas aproximadas de 1,80 x 0,54 x 0,05 (c x l x a). Cor azul royal, antialérgico, lavável contendo respiros nas laterais, com costuras embutidas, selado, garantia de 06 meses.	UND	23	15	15	8	2	23	38	115	77
5	Colchão de ar. Colchão de ar para uso hospitalar em pacientes de longa permanencia no leito. Material: pvc atóxico, preenchido com esferas poliestireno, características adicionais; com válvula para regulagem de ar. Aplicação: Posicionar paciente no leito. Dimensões aproximadas, 100 x 150cm.	UND	20	30	20	20	0	20	20	300	100
6	Travesseiro hospitalar, confeccionado em napa 100% pvc, material antialérgico o que vai lhe proporcionar muito mais conforto e higiene. O que evita que o paciente tenha mais incômodos do que o necessário, garantindo um toque macio e agradável para a pele. Características do produto: espuma selada 100% poliuretano flocada; revestimento em napa 100% pvc. Prazo de garantia do produto: garantia legal: aproximadamente 90 dias.	UND	120	45	218	45	5	109	64	364	0
7	Colchonete para berço de RN em acrílico, confeccionado em espuma poliuretano, densidade 20 revestido com capa plástica lavável com ilhoses. Dimensões aproximadas; comprimento 63cm x largura 32cm e altura 04cm. Garantia de 1 ano contra defeitos de fabricação	UND	20	20	20	20	20	20	20	20	20
8	Colchão para incubadora: colchão de uso hospitalar. Material: espuma, formato: selado, revestido em courvin, densidade: d-28, comprimento: 60 cm, largura: 30 cm, características adicionais: compatível com incubadora neonatal.	UND	20	2	90	0	0	0	0	0	2
9	Colchão para berço aquecido: colchão de uso hospitalar material: espuma, aplicação: compatível com berço aquecido, comprimento: aproximadamente 64 cm, largura: aproximadamente 31 cm, características adicionais: revestido pvc,selagem hermética,resistente, lavável, densidade mínima comprovada de 28 , formato: selado revestido em napa.	UND	20	2	30	0	0	0	0	0	2
10	Rolo de posicionamento, confeccionado em espuma, revestido com napa resistente e impermeável selada pelo INMETRO, com costura vulcanizada, densidade D-28. Dimensões aproximadas: 0,45 m x 0,10 m. Garantia de 03 meses.	UND	23	23	15	23	0	38	0	0	23
11	Colchão para berço de uso hospitalar, tamanho p, na dimensão aproximadas de 1,60m x 0,50cm x 0,10cm. Confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça, revestido em courvim, selado, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, densidade -33. Garantia de 06 meses.	UND	0	0	60	0	0	0	0	0	0
12	Colchão hospitalar para obesos - uso em UTI e demais leitos, confeccionado em espuma de poliuretano de alta densidade (mínimo D-45), com reforço interno para suportar peso de até 250 kg, medidas aproximadas de 2,00 m de comprimento x 1,00 m de largura x 0,20 m de altura, revestimento impermeável em napa ou courvim hospitalar, cor azul royal, resistente à desinfecção química e ao ressecamento, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais para ventilação interna. Selado pelo INMETRO, gramatura mínima de 420 g/m², variação de ± 5%. Garantia mínima de 06 meses.	UND	13	18	24	11	1	19	9	57	22
13	Colchão para bilerço em silicone, confeccionado em silicone maciço e flexível, atóxico, impermeável, lavável, resistente a produtos químicos para desinfecção, com tratamento antiácaro e antifúngico. Medidas aproximadas de 0,60 m x 0,30 m x 0,03 m, compatível com equipamentos de bilerço para fototerapia neonatal. Superfície lisa, sem costuras, com bordas arredondadas para evitar lesões. Deve ser transparente ou translúcido, material radio transparente permite a tomada de radiografias no	UND	4		4						

	próprio berço ou incubadora. Garantia mínima de 06 meses.									
--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--



Documento assinado eletronicamente por **HIULI MARIA GERMANO DA SILVA, Chefe de Grupo**, em 24/03/2026, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **WINAYARA THAYANE DOS SANTOS SILVA, Subcoordenadora de Apoio às Unidades Próprias**, em 24/03/2026, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ILZA DANTAS DE MENDONCA, Coordenadora de Administração e Infraestrutura**, em 24/03/2026, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40234558** e o código CRC **EA5A0024**.



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA - SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.saude.gov.br

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 00611150.000549/2025-31

* MINUTA DE DOCUMENTO

CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE CELEBRA O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA E A EMPRESA

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **Secretaria de Estado da Saúde Pública** - Órgão da Administração Direta, com sede à Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Centro - Natal/RN, CEP: 59.025-600, inscrita no CNPJ sob nº 08.241.754/0001-45, neste ato, representada por sua titular, Dr. Alexandre Motta Câmara, CPF nº 538.596.694-00, de agora em diante denominada CONTRATANTE e a empresa, e de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede à _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) _____, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), decreto 32.449/23 e legislação correlata, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Aquisição de colchões hospitalares, visando atender às demandas das unidades hospitalares que integram a rede da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANT.
1	Colchão para uso hospitalar na uti e demais leitos dos pacientes (pacientes de um modo geral), espuma de poliuretano, d-33, medidas aproximadas de 190cm, 18cm, 90cm, para área hospitalar impermeável revestido em napa, ou courvim, cor azul royal, antialérgico, lavável contendo respiros nas laterais, com costuras embutidas, selado pelo INMETRO, gramatura de 420 g/m2 variação de + ou - 5%, garantia de 06 meses.	390923	UND	8802
2	Colchão para berço de uso hospitalar , tamanho p, na dimensão aproximadas de 1,00m x 0,50cm x 0,10cm. Confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça, revestido em courvim, selado pelo INMETRO, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, densidade -33. Garantia de 06 meses.	406329	UND	348
3	Colchão para beliche/cama para repouso , material 100% espuma extrafirme, revestimento impermeável, revestido em napa, ou courvim, selado pelo INMETRO, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, dimensões aproximadas de altura 0,18cm, comprimento 1,88m, largura 0,88m, densidade 33. Garantia de 06 meses..	390923	UND	1733
4	Colchão para maca hospitalar . Usado para receber e transportar, pacientes de um modo geral, em espuma d26, confeccionado em espuma 100% poliuretano de 05 cm. Revestido em material impermeável. Acabamento em courvim. Medidas aproximadas de 1,80 x 0,54 x 0,05 (c x l x a). Cor azul royal, antialérgico, lavável contendo respiros nas laterais, com costuras embutidas, selado pelo INMETRO, garantia de 06 meses.	601392	UND	1331
5	Colchão de ar - SOLTEIRO - ADULTO. COMPOSIÇÃO: Colchão de ar inflável para prevenção de escaras para cama comum solteiro. Em PVC atóxico; com válvula para regulagem de ar; não deforma. TAMANHO/CAPACIDADE: Dimensão: 1,90 m x 90 cm. Resistente até 130kg. Com registro na ANVISA.	449854	UND	1788
6	Travesseiro hospitalar , densidade 12, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano antiácido, antifúngico e antialérgico, medidas aproximadas de 0,60 m x 0,40 m x 0,05 m, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, selada pelo INMETRO. Garantia de 03 meses.	467126	UND	3734
7	Colchonete para berço de recém-nascido em acrílico , densidade 20, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano, medidas aproximadas de 63cm x largura 32cm e altura 04cm, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, tratamento antiácido e antifúngico, selada pelo INMETRO. Garantia de 03 meses.	401297	UND	624
8	Colchão para incubadora , densidade 28, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano, medidas aproximadas de 0,60 m x 0,30 m, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, tratamento antiácido e antifúngico, selada pelo INMETRO. Características adicionais: compatível com incubadora neonatal. Garantia de 03 meses.	401295	UND	425
9	Colchão para berço aquecido , densidade 28, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano, medidas aproximadas de 0,64 m x 0,31 m, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, tratamento antiácido e antifúngico, selada pelo INMETRO. Características adicionais: compatível com berço aquecido. Garantia de 03 meses.	401297	UND	269
10	Rolo de posicionamento , confeccionado em espuma 100% poliuretano, revestido com napa resistente e impermeável selada pelo INMETRO, com costura vulcanizada, densidade D-28. Dimensões aproximadas: 0,45 m x 0,10 m. Garantia de 03 meses.	357334	UND	1818
11	Colchão para berço de uso hospitalar , tamanho p, na dimensão aproximadas de 1,60m x 0,50cm x 0,10cm. Confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça, revestido em courvim, selado, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, densidade -33. Garantia de 06 meses.	364864	UND	144

12	Colchão hospitalar para obesos , uso em UTI e demais leitos, confeccionado em espuma de poliuretano de alta densidade (mínimo D-45), com reforço interno para suportar peso de até 250 kg, medidas aproximadas de 2,00 m de comprimento x 1,00 m de largura x 0,20 m de altura, revestimento impermeável em napa ou courvim hospitalar, cor azul royal, resistente à desinfecção química e ao ressecamento, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais para ventilação interna. Selado pelo INMETRO, gramatura mínima de 420 g/m², variação de ± 5%. Garantia mínima de 06 meses.	614749	UND	880
13	Colchão para bilibërço , em gel transparente, confeccionado em gel polímero atóxico, macio, flexível, impermeável, lavável e resistente à desinfecção química. Indicado para uso hospitalar, especialmente em unidades neonatais, incubadoras, berços aquecidos ou bilibërços. Apresenta superfície lisa, sem costuras, com bordas arredondadas para evitar lesões e facilitar a higienização. Proporciona conforto térmico e distribuição uniforme da pressão, contribuindo para o bem-estar do paciente. Dimensões aproximadas: 325 mm x 575 mm x 9 mm (32,5 cm x 57,5 cm x 0,9 cm). Características adicionais: antialérgico, antiácido, antifúngico, reutilizável, compatível com protocolos de controle de infecção hospitalar. Garantia mínima: 6 meses	Não encontrado	UND	30

1.2. Integram este Contrato, independente de sua transcrição, Termo de Referência, o Edital de Licitação, a Proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do referido processo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A contratação objeto deste documento obrigacional é celebrada com base no resultado, homologação em __/__/__ e adjudicação do Certame Licitatório - **Pregão Eletrônico - Ata de Registro de Preços nº __/__/__** - Processo nº 00611150.000549/2025-31.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Sustentabilidade**
- 4.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, incluso nos autos deste processo.
- Indicação de marcas ou modelos (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**
- 4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação da(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), tendo em vista a livre participação dos interessados.
- Da exigência de amostra**
- 4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.
- 4.4. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:
- 4.5. Itens que não forem conhecidos da equipe que fará a análise técnica dos produtos.
- 4.6. Itens que despertem dúvidas quanto à qualidade, rotulagem, aspecto da embalagem, peso, ressalvado os casos em que os materiais cotados sejam de marca e qualidade já aprovados em fornecimentos anteriores e para os quais não haja registro de reclamações dos usuários dos produtos nas Unidades. Para tanto, é necessário que o licitante descreva minuciosamente os produtos na sua proposta, fazendo constar inclusive as marcas e modelos.
- 4.7. A apresentação de amostra poderá ser dispensada quando se tratar de produto cujo exemplar já tenha sido aprovado em teste anterior realizado pela contratante ou que já seja conhecida pelos profissionais responsáveis pela emissão do parecer técnico.
- 4.8. As amostras poderão ser entregues no endereço Avenida Deodoro da Fonseca 730 - Cidade Alta - Natal, no prazo limite de 24 horas, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 4.9. Deverão ser encaminhadas em embalagens que assegurem a sua chegada em perfeitas condições de análise, devidamente identificadas (nome da licitante, modalidade, nº da licitação, data e item a que se refere).
- 4.10. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 4.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 4.12. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:
- 4.13. Compatibilidade às especificações exigidas no Termo de Referência;
- 4.14. Rotulagem em conformidade com a legislação vigente - RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020 da ANVISA.
- 4.15. Os exemplares colocados à disposição da contratante serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados/testados pela equipe responsável pela análise
- 4.16. A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos do Edital.
- 4.17. A amostra, quando solicitada, deverá ser encaminhada à Equipe de contratação/SESAP, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).
- 4.18. O envio das amostras ocorrerá sem ônus para a SESAP/RN.
- 4.19. Os produtos classificados poderão ser submetidos a nova avaliação técnica sempre que a contratante julgar conveniente, ficando seu fornecimento suspenso no caso de reprovação.
- 4.20. A contratante não se responsabilizará por amostra que seja entregue com embalagem danificada e/ou sem condições para análise.
- 4.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 4.23. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.24. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- Da exigência de carta de solidariedade**
- 4.26. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.
- Participação de microempresas e empresas de pequeno porte:**
- 4.28. A aplicação da exclusividade para ME/EPP nos itens com valor estimado inferior a R\$ 200.000,00 foi analisada à luz da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e da Lei Complementar Estadual nº 675/2020.
- 4.29. Embora existam itens com valor estimado individual inferior ao referido limite, a contratação foi estruturada por Sistema de Registro de Preços, com fornecimento contínuo, quantitativos expressivos, padronização técnica obrigatória e logística de distribuição para unidades hospitalares localizadas em diferentes regiões do Estado.
- 4.30. A fragmentação da contratação por meio da aplicação da exclusividade por item poderia comprometer a economia de escala, elevar custos unitários, gerar múltiplos fornecedores com padrões distintos de fornecimento e aumentar o risco logístico e operacional, especialmente quanto à reposição tempestiva e à uniformidade técnica dos materiais.
- 4.31. Considerando a essencialidade dos itens, a necessidade de padronização e a eficiência operacional da rede hospitalar, conclui-se que a aplicação da exclusividade, neste caso, pode acarretar prejuízo à competitividade e à vantagem da contratação, enquadrando-se na hipótese prevista no art. 45, inciso II, da LCE nº 675/2020 e art. 49, incisos II e III, da LC nº 123/2006.
- 4.32. Assim, a não adoção do tratamento diferenciado encontra-se devidamente motivada por razões técnicas e operacionais concretas, visando preservar a eficiência, a economicidade e a segurança do abastecimento da rede hospitalar.

5. CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE EXECUÇÃO

- Condições de Entrega**
- 5.1. O material deverá ser solicitado pelas unidades diretamente à Subcoordenadoria de Apoio Administrativo às Unidades Próprias (SUAUP), que autorizará a liberação dos bens ao Gerenciamento de Registro de Preços (GRP).
- 5.2. O material deverá ser entregue embalado individualmente, em embalagem original de fábrica, nova, inviolada, com dados de identificação, procedência e em perfeito estado de e

- integridade.
- 5.3. O material adquirido deverá ser entregue no prazo máximo, de 60 dias corridos, após a emissão da nota de empenho e encaminhada via e-mail pela Subcoordenadoria de Apoio Administrativo às Unidades Próprias (SUAUP), diretamente nas Unidades Hospitalares da I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII URSAP, conforme endereços relacionados no anexo I, até o quantitativo disponibilizado no anexo II deste termo de referência, das 08h00min às 14h00min, em dias úteis.
- 5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- Garantia, manutenção e assistência técnica**
- 5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. CLÁUSULA SEXTA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de [impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato](#), o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão poderá convocar [representante](#) da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Do gestor de contrato

- 6.6. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 47](#)):
- 6.6.1. analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 6.6.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;
- 6.6.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 6.6.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 6.6.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 6.6.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- 6.6.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 6.6.8. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;
- 6.6.9. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
- 6.6.10. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;
- 6.6.11. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 6.6.12. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.

Do fiscal de contrato

- 6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).^[11]
- 6.8. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais ([Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48](#)):
- 6.8.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- 6.8.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.8.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- 6.8.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
- 6.8.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
- 6.8.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 6.8.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 6.8.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 6.8.9. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- 6.8.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.
- 6.9. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 49](#)).
- 6.9.1. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
- 6.9.1.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 6.9.1.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 6.9.1.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- 6.9.1.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;
- 6.9.1.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;
- 6.9.1.6. a satisfação do público usuário.
- 6.9.2. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.
- 6.9.3. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 6.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 6.9.4. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:
- 6.9.4.1. marca;
- 6.9.4.2. qualidade;
- 6.9.4.3. forma de uso.
- 6.9.5. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50](#)).

7. CLÁUSULA SÉTIMA - SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. CLÁUSULA OITAVA - VALOR

- 8.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).
- 8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9. CLÁUSULA NONA- PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

- 9.1. O material deverá ser solicitado pelas unidades diretamente à Subcoordenadoria de Apoio Administrativo às Unidades Próprias (SUAUP), que autorizará a liberação dos bens ao

- 9.2. O material deverá ser entregue em embalagem original de fábrica, novo, inviolado, com dados de identificação, procedência e em perfeito estado de e integridade.
- 9.3. O material adquirido deverá ser entregue no prazo máximo, de 60 dias corridos, após a emissão da nota de empenho e encaminhada via e-mail pela Subcoordenadoria de Apoio Administrativo às Unidades Próprias (SUAUP), diretamente nas Unidades Hospitalares da I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII URSAP, conforme endereços relacionados abaixo, até o quantitativo disponibilizado no anexo I deste termo de referência, das 08h00min às 14h00min, em dias úteis.
- 9.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 9.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de .10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 9.7. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.
- 9.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 9.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.10. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 9.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 9.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 60 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 9.12.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;
- 9.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 9.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 9.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.19. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 9.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 9.21. Os pagamentos serão efetuados pelo FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela Unidade Orçamentária do requisitante, conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária), vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados.
- 9.22. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em:
- a) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);
 - d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).
- 9.23. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 9.24. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

Forma de pagamento

- 9.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- 9.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.28. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.29. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

- 9.30. Não será permitido o pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento dos produtos, conforme o art. 145 da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que não vai propiciar sensível economia de recursos e nem representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - REAJUSTE

- 10.1. Os preços são fixos e irremovíveis durante o período de 12 (doze) meses contados da data do início da vigência do contrato, nos termos da legislação vigente.
- 10.2. Após o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data-base vinculada à apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir, poderá haver reajuste, mediante solicitação formal da contratada.
- 10.3. O reajuste será calculado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por se tratar de índice oficial que melhor reflete a variação inflacionária da economia nacional e assegura a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 10.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.
- 10.5. Em caso de atraso ou não divulgação do índice de reajuste, será utilizado provisoriamente o último índice divulgado, procedendo-se à compensação quando da publicação do índice definitivo.
- 10.6. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado o índice que vier a substituí-lo oficialmente ou, na ausência de substituto legal, outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos do objeto, mediante termo aditivo devidamente justificado.
- 10.7. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente.
- 10.8. Fica expressamente consignado que o índice adotado neste Termo de Referência será replicado no Edital e na Minuta Contratual, garantindo uniformidade normativa e segurança jurídica.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1.

São obrigações da Contratante:
- 11.1.1.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos;
- 11.1.2.

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.1.3.

Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste Contrato, conforme ajuste representado pela Nota de empenho;
- 11.1.4.

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.1.5.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 11.1.6.

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 11.1.7.

Notificar à Contratada, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso;
- 11.2.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 12.1.1.

efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, lote, e quantidade;
- 12.1.2.

responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os [artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#);
- 12.1.3.

reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo máximo de 10 (dez) dias;
- 12.1.4.

comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.1.5.

atender prontamente às exigências da SESAP, constantes no Edital, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 12.1.6.

não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como seguir a [Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020](#), que determina o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência;
- 12.1.7.

responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 12.1.8.

manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.
- 12.2.

A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

A CONTRATADA OBRIGA-SE, ALÉM DAS OBRIGAÇÕES A ELA INERENTES PREVISTAS:

- 12.3.

Todos os equipamentos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante.
- 12.4.

Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação.
- 12.5.

Entregar os materiais, objeto da presente licitação, no endereço indicado pela Contratante, dentro do prazo constante da proposta, contado desde o recebimento da Nota de Empenho, nas especificações, quantidades e no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas (horário local) de segunda a sexta-feira.
- 12.6.

Responder pelos vícios e defeitos dos materiais e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, na execução do contrato.
- 12.7.

Responder por todos os custos de manutenção (fornecimento e substituição de peças com vícios, falhas ou com defeito de fabricação bem como a mão-de-obra para a sua instalação) e não serão de responsabilidade da CONTRATANTE durante o período de garantia.
- 12.8.

Fornecer, na entrega do material, os itens abaixo:
- 12.8.1.

Catálogo original do equipamento.
- 12.8.2.

Manual de utilização / operação do equipamento em português.
- 12.9.

Substituir ou adequar o produto, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da chegada do técnico ao local de instalação do equipamento, caso se constate avarias, defeitos, prazo de validade vencida ou em desacordo com as especificações do Edital.
- 12.10.

Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos materiais até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

13.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 13.1.

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.
- 13.2.

A exigência da garantia encontra fundamento na natureza e dimensão do objeto, que envolve quantitativos elevados, fornecimento parcelado e distribuição descentralizada para diversas unidades hospitalares da rede estadual, sendo os itens indispensáveis à continuidade dos serviços assistenciais.
- 13.3.

A Análise de Riscos identificou como eventos relevantes: atraso no fornecimento, entrega de produtos em desconformidade técnica, necessidade de substituições recorrentes e risco de desabastecimento. Tais ocorrências podem impactar diretamente a segurança do paciente e a continuidade dos atendimentos.
- 13.4.

Assim, a garantia contratual visa resguardar a Administração quanto ao fiel cumprimento das obrigações assumidas, mitigar riscos de inexecução e assegurar maior segurança jurídica e administrativa, mostrando-se proporcional e compatível com a complexidade logística da contratação.

14.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O Contratado(a) será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma: contrato

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar e contratar
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

- 14.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), as seguintes sanções:
- 14.1.1. advertência;
 - 14.1.2. multa;
 - 14.1.3. impedimento de licitar e contratar;
 - 14.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- § 2º A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- § 3º A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.
- § 4º A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do [caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- § 5º A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do [caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do [caput](#) do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- § 6º A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.
- § 7º As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.
- § 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- § 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 12.2. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do [caput](#) do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do [caput](#) do [art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o Contratado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- § 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o Contratado(a) poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- § 2º Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- § 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:
- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;
 - II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);
 - III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.
- 14.4. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 14.5. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 14.6. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).
- 14.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista no Termo de Referência ou em contrato.
- 14.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#).
- 14.9. É admitida a reabilitação do Contratado(a) perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- 14.9.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;
 - 14.9.2. pagamento da multa;
 - 14.9.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
 - 14.9.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
 - 14.9.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- 14.10. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do [caput](#) do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do Contratado(a), a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 15.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2023.
- 15.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no [art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 15.3. A extinção do contrato poderá ser:
- 15.3.1. I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - 15.3.2. II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - 15.3.3. III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. ([art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).
- 15.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 15.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 15.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.
- 15.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I) Gestão/Unidade: Órgão: 24000 Secretaria de Estado da Saúde Pública.
Unidade Orçamentária: 24131 Fundo de Saúde do RN - FUSERN.
Unidade Gestora: 240131 - Fundo Estadual de Saúde - FUSERN.
 - II) Fonte de Recursos: 0.5.00.000000 Recursos não vinculados de Impostos
 - III) Programa de Trabalho: 238201 Manutenção das Unidades Hospitalares
238401 Manutenção da Rede de Serviços de Hematologia e Hemoterapia
258401 Manutenção e Funcionamento
238501 Manutenção da Rede de Laboratório
238701 Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU
238301 Manutenção do Centro Estadual de Reabilitação e Atenção Especializada

- 16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CASOS OMISSOS**

- 17.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 e suas alterações e pelo [Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023](#) e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios

18.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES

18.1.

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1.

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

20.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

20.1.

Fica eleito o foro da Comarca de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer dúvidas deste Contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2.

E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato em 02 (duas) vias, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua aprovação e execução.

Natal/RN, [data no rodapé com assinatura eletrônica].

(assinado eletronicamente)
Alexandre Motta Câmara
Secretário de Estado da Saúde Pública do RN

(assinado eletronicamente)

Pela Contratada

ANEXO I

UNIDADES CONTEMPLADAS

Unidades próprias SESAP:			
NOME DA UNIDADE	SIGLA	REGIONAL DE SAÚDE	ENDEREÇO
Hospital Regional Lindolfo Gomes Vidal	HRLGV	I URSAP	Rua Ana de Pontes, Nº 136 - Santo Antônio/RN
Hospital Regional Monsenhor Antônio Barros	HRMAB	I URSAP	Rua Moizaniel de Carvalho S/Nº - São José De Mipibú/RN - CEP: 59162-000
II Unidade Regional de Saúde Pública do RN	II URSAP	II URSAP	Rua Dr. João Marcelino, Nº 2130 - Abolição - Mossoró/RN
Hemocentro de Mossoró		II URSAP	Rua Projetada, s/n - Aeroporto, Mossoró - RN, CEP: 59600-971 Telefone: 3232-6703/3232-6704/3232-6700/3232-6701
Hospital da Mulher Parteira Maria Correia	HMPMC	II URSAP	Rua Professor Antônio Campos, Presidente Costa e Silva - Mossoró/RN, CEP: 59625620
Hospital Rafael Fernandes	HRF	II URSAP	Rua Prudente de Moraes S/Nº - Santo Antônio - Mossoró/RN
Hospital Regional Dr. Aguinaldo Pereira da Silva	HRDAPS	II URSAP	Rua Aparício Carlos Fernandes, Nº 299 - Caraúbas/RN - CEP: 59780-000
Hospital Regional do Seridó Telecila Freitas Fontes	HRS	II URSAP	Rua Estrada do Perímetro Irrigado - Sabugi - S/Nº Paulo Vi - Caicó/RN
Hospital Regional Dr. Hélio Moraes Marinho	HRHMM	II URSAP	Rua Projetada, S/Nº Apodi/RN- CEP: 59700-000
Hospital Regional Josefa Alves Godeiro	HRJAG	III URSAP	Rua Jerônimo Câmara, S/Nº - João Câmara/RN- CEP: 59550-000
IV Unidade Regional de Saúde Pública do RN	IV URSAP	IV URSAP	Praça Dom José Delgado, S/Nº, Bairro Paraíba, Caicó/RN
Hemocentro de Caicó		IV URSAP	Rua Renato Dantas, Nº 455 - Centro - Caicó/RN Telefone: 3232-6703/3232-6704/3232-6700/3232-6701
Hemocentro de Currais Novos		IV URSAP	Rua Carnaúbas dos Dantas, Nº 150 - Juscelino Kubitschek - Currais Novos/RN Telefone: 3232-6703/3232-6704/3232-6700/3232-6701
Hospital Regional Dr. Mariano Coelho	HRMC	IV URSAP	Rua Teotônio Freire, Nº 813 - Currais Novos/RN- CEP: 59380-000
VI Unidade Regional de Saúde Pública do RN	V URSAP	V URSAP	Br 405 - Km 03 - Nº 1997 - Arizona - Pau dos Ferros/RN
Hospital Regional Monsenhor Expedito	HRME	V URSAP	Rua José Sinézio dos Santos, 5, São Paulo do Potengi/RN, CEP: 59460-000
Hemocentro de Pau dos Ferros		VI URSAP	Br 405, KM 3, 1971 - Arizona, Pau Dos Ferros - RN, CEP: 59900-000 Telefone: 3232-6703/3232-6704/3232-6700/3232-6701
Centro Estadual de Reabilitação e Atenção Ambulatorial Especializada	CERAE	VII URSAP	Avenida Alexandrino de Alencar, Nº 1900 - Tirol - Natal /RN - CEP: 59015-350 Telefone: 3232-6660/3232-6683/3232-6656
Hemocentro Dalton Barbosa Cunha	HEMONORTE	VII URSAP	Avenida Alexandrino De Alencar, Nº 1800 - Tirol - Natal/RN - CEP: 59015-350 Telefone: 3232-6703/3232-6704/3232-6700/3232-6701
Hospital Central Coronel Pedro Germano	HCCPG	VII URSAP	Avenida Prudente de Moraes, Nº 1381 - Tirol - Natal/RN - CEP: 59020-400 Telefone: 3232-3658
Hospital Regional Dr. Alfredo Mesquita Filho	HRAMF	VII URSAP	Rua D. Pedro Matos, S/Nº - Macaíba/RN Telefone: 3271-6830/3271-6800/3271-6804 - 6801 - 6802 Fax: 3271- 6814
Regulação	CORSA	VII URSAP	Avenida Floriano Peixoto, Nº 550 - Petrópolis - Natal/RN
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	SAMU	VII URSAP	Rua Vicente Tavares, 2595, Macaíba - RN, CEP: 59280-000
Serviço de Verificação de Óbitos	SVO	VII URSAP	R. Cônego Monte - S/N - Quintas (Anexo ao Hospital Giselda Trigueiro) Telefone: 3232-7900/3232-7907/3232-7909
Unidade Central de Agentes Terapêuticos	UNICAT	VII URSAP	R. Nilo B. Ramalho, 1691 - Morro Branco - Natal Telefone: 3232-6840/3232-6844/3232-6853

Unidades com autonomia - participantes

NOME DA UNIDADE	SIGLA	REGIONAL DE SAÚDE	ENDEREÇO
Hospital Regional Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia	HRTM	II URSAP	Rua Projetada, S/Nº - Aeroporto - Mossoró/RN
Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade	HRCCA	VI URSAP	Rodovia 405, Km 02 - Pau dos Ferros/RN
Hospital Geral Dr. João Machado	HGJM	VII URSAP	Avenida Alexandrino de Alencar, Nº 1700 - Tirol - Natal /RN - Cep: 59015-350 Telefone: 3232-7389 / 3232-7340 Fax: 3232-7344
Hospital Dr. José Pedro Bezerra	HJPB	VII URSAP	Rua Araguari, S/Nº, Potengi - Natal/RN Telefone: 3232-7717/3232-7721/3232-7722/3232-7773-Fax: 3232-0457/3232-7768
Hospital Drº Giselda Trigueiro	HGT	VII URSAP	Rua Cônego Monte, Nº 110 - Quintas - Natal/RN Telefone: 3232-7900/3232-7907/3232-7909 Fax: 3232-7955
Hospital Maria Alice Fernandes	HMAF	VII URSAP	Rua Pedro Alvares Cabral - S/Nº Parque Dos Coqueiros - Natal/RN Telefone: 3232-5412
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel	HMWG	VII URSAP	Rua Moizaniel de Carvalho S/Nº - São José De Mipibú/RN - Cep: 59162-000 Telefone: 3232-7532/3232-7515/3232-7516 Fax: 3232-760
Hospital Regional Dr. Deoclécio Marques de Lucena	HRDML	VII URSAP	Rua Sadi Mendes, S/Nº - Santos Reis - Parnamirim/RN- Cep: 59150-000 Fone: 3644-3767 Fax: 3644-6490
Hospital Regional Nelson Inácio dos Santos	HRNIS	VIII URSAP	Rua Dr. Luiz Carlos, Nº 150 - Assu/RN

ANEXO II

PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO.

QUANTITATIVO COLCHÃO HOSPITALAR 12 MESES			1º Região - S. José Mipibu			2º Região - Mossoró						3º Região - João Câmara
			Hospital Regional Monsenhor Antônio Barros - São José de Mipibú	Hospital Lindolfo Gomes Vidal - Santo Antônio		Hospital da Mulher	Hospital Rafael Fernandes - Mossoró	Hemocentro Regional de Mossoró	Hospital Regional Hélio Morais Marinho - Apodi	Hospital Regional Dr. Aguinaldo Pereira - Caraúbas	Hospital Regional Dr. Tarcísio Maia - Mossoró	Hospital Regional João Câmara
Leitos cadastrados no CNES			44	61	80	38	2	62	29	189	74	
Quantidade considerando 3 trocas			132	183	240	114	6	186	87	567	222	
NECESSIDADE APRESENTADA PELAS UNIDADES CONFORME PROCESSO SEI Nº 00611150.000322/2025-95												
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	
1	Colchão para uso hospitalar na uti e demais leitos dos pacientes (pacientes de um modo geral), espuma de poliuretano, d-33, medidas aproximadas de 190m, 18cm, 90cm, para área hospitalar impermeavel revestido em napa, ou courvim, cor azul royal, antialérgico, lavável contendo respiros nas laterais, com costuras embutidas, selado, gramatura de 420 g/m2 variação de + ou - 5%, garantia de 06 meses.	UND	132	183	240	114	6	186	87	567	222	
2	Colchão para berço de uso hospitalar, tamanho p, na dimensão aproximadas de 1,00m x 0,50cm x 0,10cm. Confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça, revestido em courvim, selado, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, densdade -33. Garantia de 06 meses.	UND	50	0	60	0	0	0	0	0	0	
3	Colchão, (para beliche/cama para repouso), material 100% espuma extrafirme, revestimento impermeavel, revestido em napa, ou courvim, selado, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, dimensões aproximadas de altura 0,18cm, comprimento 1,88m, largura 0,88m, densidade 33. Garantia de 06 meses..	UND	50	50	80	20	8	40	10	100	60	
4	Colchão para maca hospitalar . Usado para receber e transportar, pacientes de um modo geral, em espuma d26 com espuma de 05 cm. Revestido em material impermeável. Acabamento em courvin. Medidas aproximadas de 1,80 x 0,54 x 0,05 (c x l x a). Cor azul royal, antialérgico, lavável contendo respiros nas laterais, com costuras embutidas, selado, garantia de 06 meses.	UND	23	15	15	8	2	23	38	115	77	
5	Colchão de ar. Colchão de ar para uso hospitalar em pacientes de longa permanencia no leito. Material: pvc atóxico, preenchido com esferas poliestireno, características adicionais; com válvula para regulagem de ar. Aplicação: Posicionar paciente no leito. Dimensões aproximadas, 100 x 150cm.	UND	20	30	20	20	0	20	20	300	100	
6	Travesseiro hospitalar, confeccionado em napa 100% pvc, material antialérgico o que vai lhe proporcionar muito mais conforto e higiene. O que evita que o paciente tenha mais incômodos do que o necessário, garantindo um toque macio e agradável para a pele. Características do produto: espuma selada 100% poliuretano flocada; revestimento em napa 100% pvc. Prazo de garantia do produto: garantia legal: aproximadamente 90 dias.	UND	120	45	218	45	5	109	64	364	0	
7	Colchonete para berço de RN em acrilico, confeccionado em espuma poliuretano, densidade 20 revestido com capa plástica lavável com ilhoses. Dimensões aproximadas; comprimento 63cm x largura 32cm e altura 04cm. Garantia de 1 ano contra defeitos de fabricação	UND	20	20	20	20	20	20	20	20	20	
8	Colchão para incubadora: colchão de uso hospitalar. Material: espuma, formato: selado, revestido em courvin, densidade: d-28, comprimento: 60 cm, largura: 30 cm, características adicionais: compatível com incubadora neonatal.	UND	20	2	90	0	0	0	0	0	2	
9	Colchão para berço aquecido: colchão de uso hospitalar material: espuma, aplicação: compativel com berço aquecido, comprimento: aproximadamente 64 cm, largura: aproximadamente 31 cm, características adicionais: revestido pvc,selagem hermética,resistente, lavável, densidade mínima comprovada de 28 , formato: selado revestido em napa.	UND	20	2	30	0	0	0	0	0	2	
10	Rolo de posicionamento, confeccionado em espuma, revestido com napa resistente e impermeável selada pelo INMETRO, com costura vulcanizada, densidade D-28. Dimensões aproximadas: 0,45 m x 0,10 m. Garantia de 03 meses.	UND	23	23	15	23	0	38	0	0	23	
11	Colchão para berço de uso hospitalar, tamanho p, na dimensão aproximadas de 1,60m x 0,50cm x 0,10cm. Confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça, revestido em courvim, selado, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, densidade -33. Garantia de 06 meses.	UND	0	0	60	0	0	0	0	0	0	
	Colchão hospitalar para obesos - uso em UTI e demais leitos, confeccionado em espuma de poliuretano de alta densidade (mínimo D-45), com reforço interno para suportar peso de até 250 kg											

Minuta de Contrato 41102099SEI 00611150.000549/2025-31 / pg. 32

12	medidas aproximadas de 2,00 m de comprimento x 1,00 m de largura x 0,20 m de altura, revestimento impermeável em napa ou courvim hospitalar, cor azul royal, resistente à desinfecção química e ao ressecamento, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais para ventilação interna. Selado pelo INMETRO, gramatura mínima de 420 g/m², variação de ± 5%. Garantia mínima de 06 meses.	UND	13	18	24	11	1	19	9	57	22
13	Colchão para berçário em silicone, confeccionado em silicone macio e flexível, atóxico, impermeável, lavável, resistente a produtos químicos para desinfecção, com tratamento antiácido e antifúngico. Medidas aproximadas de 0,60 m x 0,30 m x 0,03 m, compatível com equipamentos de berçário para fototerapia neonatal. Superfície lisa, sem costuras, com bordas arredondadas para evitar lesões. Deve ser transparente ou translúcido, material radio transparente permite a tomada de radiografias no próprio berço ou incubadora. Garantia mínima de 06 meses.	UND	4		4						



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUCAS TEIXEIRA DE ARAUJO, Assistente Técnico em Saúde**, em 05/05/2026, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41102099** e o código CRC **8993574D**.

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 00611150.000549/2025-31

O Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, com sede à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 730, Cidade Alta, Natal (RN), inscrito(a) no CNPJ 08.241.754/0001-45, neste ato representada pelo Secretário ALEXANDRE MOTTA CÂMARA, inscrita no CPF 538.596.694-00, nomeado por Ato da Governadora *Maria de Fátima Bezerra*, considerando o resultado da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, resolve registrar os preços das empresas, indicadas e qualificadas nesta Ata, de acordo com a qualificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 32.449/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A aquisição de colchões hospitalares, instituída neste Estudo Técnico Preliminar, visa atender às demandas das unidades hospitalares que integram a rede da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	Nº REGISTRO M.S.	CMED	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	DENOMINAÇÃO COMERCIAL (Quando houver)	PREÇO UNIT.
XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX

2.1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

3.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

3.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Estado da Saúde Pública.

3.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais como: justificativa técnica fundamentada demonstrando o fato extraordinário e seu impacto, listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição atuais e da época da proposta, índices oficiais ou setoriais que evidenciem variação anormal, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

3.4. A ausência da documentação mínima exigida no item anterior impedirá a abertura do processo de realinhamento, ensejando o arquivamento liminar do pedido.

3.5. A assinatura da presente Ata de Registro de Preços implica compromisso do fornecedor com a manutenção dos preços registrados pelo prazo de vigência, assumindo os riscos ordinários do mercado, incluindo eventuais flutuações sazonais previsíveis no custo dos insumos.

4. CLÁUSULA QUARTA - TROCA DE MARCA

4.1. É admitida, em caráter excepcional e justificado, a substituição da marca do produto registrado na Ata de Registro de Preços, desde que mantidas integralmente as especificações técnicas, qualidade, desempenho e demais condições originalmente pactuadas.

4.2. A troca de marca não será autorizada por motivos de conveniência comercial, variação cambial, aumento de preços, sazonalidade ou qualquer outra oscilação previsível do mercado, conforme já disposto na cláusula de realinhamento de preços. A responsabilidade por tais riscos permanece integralmente com a fornecedora, em consonância com o compromisso assumido ao firmar a ata.

4.3. A solicitação de troca de marca deverá ser formalizada pela fornecedora mediante requerimento dirigido ao gerenciador, instruído obrigatoriamente com:

I - Justificativa técnica circunstanciada demonstrando o motivo da solicitação, com destaque para a inviabilidade de fornecimento da marca originalmente registrada, seja por descontinuidade de fabricação, impossibilidade de aquisição no mercado ou força maior;

II - Laudo técnico, catálogo ou ficha técnica da nova marca proposta, comprovando sua equivalência ou superioridade em relação ao produto originalmente registrado, quanto a especificações, qualidade e desempenho;

III - Declaração expressa de que o valor unitário do item não será majorado em razão da substituição proposta;

IV - Documentos que demonstrem que a substituição não causará prejuízo à Administração e que será mantida a vantajosidade da contratação, em atenção ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A análise da solicitação caberá à equipe técnica responsável e seguirá fluxo interno pré-definido.

4.5. Somente após a aprovação formal da solicitação pela autoridade competente, a fornecedora estará autorizada a efetuar a substituição da marca. O fornecimento de produto divergente da marca registrada sem autorização expressa da Administração ensejará a aplicação de penalidades, conforme previsto na legislação vigente.

4.6. O deferimento da troca de marca não altera as condições da Ata, permanecendo integralmente válidas as cláusulas relativas a prazos, obrigações, penalidades e demais disposições contratuais.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período com renovação dos quantitativos, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. De acordo com o art. 178, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 32.449/2023, o prazo de vigência será contado a partir da publicação do extrato da Ata no PNCP e Portal de Compras do Estado do Rio Grande do Norte.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO E SUSPENSÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na Ata, mediante demonstração suficiente;

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas;

V - em razão de substancial alteração das condições de mercado.

7.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, por meio de processo de cancelamento, será formalizado por despacho da Secretaria de Estado de Saúde Pública.

7.3. A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada ao órgão gerenciador a aplicação das penalidades previstas na esta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

7.4. A cláusula anterior não se confunde com a possibilidade de que o contratado tenha direito à extinção do contrato em casos de atraso ou repetidas suspensões, previstas no art. 137, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

7.5. A fornecedora não poderá recusar, suspender ou condicionar o fornecimento dos itens registrados nesta Ata sob a justificativa de inadimplência ou pendência de pagamento relacionada a outras Atas de Registro de Preços, contratos ou empenhos firmados com o mesmo órgão ou com quaisquer outros entes da Administração Pública. Caso

a fornecedora entenda haver pendência financeira em outro instrumento contratual, poderá adotar os meios legais e administrativos cabíveis para sua resolução, sem prejuízo da integral execução das obrigações assumidas nesta ata.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA NOTA DE EMPENHO E DO POSSÍVEL CONTRATO

8.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através do envio da Nota de Empenho pela FORNECEDORA. Como também poderá ser formalizado contrato, conforme minuta acostada ao instrumento convocatório.

8.2. A FORNECEDORA será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

9. CLÁUSULA NONA - DA ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

9.1. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, ainda que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

9.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem manifestar seu interesse junto à Secretaria de Estado de Saúde Pública.

9.3. O pedido de adesão deve ser formalizado por meio do PNCP e o contato com o setor responsável pelo gerenciamento deve ser feito via e-mail (epa.sesaprn@gmail.com).

9.4. Caberá à FORNECEDORA beneficiada da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

9.5. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços.

9.6. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

9.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

9.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

9.8.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

10.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

10.3. A fornecedora obriga-se a manter atualizados todos os seus dados de contato, incluindo endereço eletrônico, telefone, nome e e-mail de responsáveis comerciais e técnicos, durante toda a vigência da Ata.

10.4. Via de regra, a fornecedora declara, de forma expressa e irrevogável, que manterá os preços registrados inalterados durante toda a vigência da Ata, conforme pactuado no processo licitatório, assumindo integralmente os riscos ordinários de mercado, salvo nas hipóteses excepcionais previstas. Ficam ressalvadas as situações previstas na cláusula terceira.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes elegem o foro da Comarca de Natal (RN), como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente Ata:

ALEXANDRE MOTTA CÂMARA

Secretário de Estado de Saúde Pública

Pregoeiro (a)

FORNECEDOR

FORNECEDOR	XXXXXX
CNPJ	XXXXXX
ENDEREÇO	XXXXXX
TELEFONE	XXXXXX
DADOS BANCÁRIOS	XXXXXX
E-MAIL	XXXXXX

CONTATOS ÚTEIS

E-mail da Equipe de Procedimentos Auxiliares: epa.sesaprn@gmail.com

E-mail do Gabinete da SESAP: gs.sesap@gmail.com

E-mail do FES/RN: fesrnsesap@gmail.com



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA MIRANDA BEZERRIL, Assistente Técnico Administrativo**, em 23/12/2025, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA APARECIDA MOREIRA, Assistente Técnica em Saúde**, em 23/12/2025, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38439375** e o código CRC **24618915**.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 00611150.000549/2025-31

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda (35350005), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação de fornecedores de Colchões Hospitalares.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A aquisição de colchões hospitalares, instituída neste Estudo Técnico Preliminar, visa atender às demandas das unidades hospitalares que integram a rede da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN).

A presente solicitação tem como finalidade garantir a reposição e manutenção dos colchões utilizados nos leitos hospitalares, de forma a assegurar aos pacientes condições adequadas de internação e tratamento, bem como oferecer suporte às equipes de saúde no desempenho de suas atividades. A disponibilidade de colchões em boas condições é imprescindível para a continuidade da assistência hospitalar, considerando que sua ausência compromete diretamente o funcionamento das unidades e pode colocar em risco o acolhimento e a segurança dos usuários.

O objetivo deste pregão eletrônico é a aquisição de colchões hospitalares para as unidades sob gestão da SESAP/RN, visando atender às necessidades de consumo por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência. A contratação busca suprir a necessidade de reposição de colchões decorrente do desgaste natural pelo uso contínuo, pela depreciação ocasionada pela higienização constante, bem como pela ampliação de leitos hospitalares.

Os colchões hospitalares têm papel fundamental na qualidade da assistência prestada, contribuindo para o conforto dos pacientes, para a prevenção de lesões por pressão e para a manutenção dos protocolos de prevenção de infecção hospitalar. Sua utilização abrange os diversos setores hospitalares, desde enfermarias até unidades de terapia intensiva, incluindo ainda berçários e áreas de observação.

Para assegurar a eficiência no atendimento, é necessário manter estoque suficiente para reposição imediata, considerando a frequência de trocas e a necessidade de colchões reservas, já que os procedimentos assistenciais não podem ser interrompidos pela falta do insumo.

Ressalta-se que a rede hospitalar da SESAP/RN, nos últimos anos, apresentou aumento significativo de demanda, com a abertura de novos leitos de enfermaria e terapia intensiva, além da ampliação dos procedimentos cirúrgicos e do número de pacientes internados. Esse cenário reforça a essencialidade de garantir o abastecimento contínuo e adequado dos colchões hospitalares.

No tocante ao planejamento do quantitativo solicitado, foram considerados os leitos cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), a taxa de ocupação hospitalar e a necessidade de reposição periódica em virtude do desgaste pelo uso e pela higienização. Adicionalmente, aplicou-se margem de segurança de 20% sobre o quantitativo estimado, a fim de garantir atendimento emergencial e reposição preventiva.

Em consulta ao site de compras da SEARH/RN (compras.rn.gov.br), na presente data, verificou-se que não há Ata de Registro de Preços vigente com o mesmo objeto desta solicitação, sendo a última ata registrada a do processo nº 00611150.000013/2022-72, a qual teve sua vigência encerrada em 28/02/2025.

Diante do exposto, considerando a essencialidade do insumo e a necessidade de assegurar a continuidade da assistência hospitalar na rede SESAP/RN, justifica-se a abertura de processo administrativo para a aquisição de colchões hospitalares. Trata-se de insumo estratégico e indispensável ao pleno funcionamento dos serviços de saúde, garantindo condições dignas de internação, apoio às ações assistenciais e a manutenção dos protocolos de prevenção de infecção hospitalar.

3. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO

A estimativa das quantidades para a presente contratação foi elaborada com base em metodologia objetiva e fundamentada, considerando a demanda assistencial da rede SESAP, o perfil de utilização dos materiais e a necessidade de fornecimento contínuo, nos termos do art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Inicialmente, foram solicitadas às unidades da rede SESAP as necessidades estimadas de fornecimento, por meio do processo SEI nº 00611150.000322/2025-95, cujas informações subsidiaram a análise preliminar da demanda. Contudo, considerando que os quantitativos informados por algumas unidades apresentaram-se inferiores à necessidade projetada, adotou-se metodologia complementar para garantir maior confiabilidade e aderência à realidade operacional da rede.

Para os itens destinados a leitos hospitalares, utilizou-se como referência o número de leitos ativos cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, multiplicado pela estimativa de três trocas anuais por leito, em razão do desgaste natural dos materiais, protocolos de controle de infecção hospitalar e rotatividade assistencial. Sobre o quantitativo apurado, foi acrescido percentual de 20% a título de reserva técnica, visando atender eventuais ampliações de leitos, remanejamentos internos ou necessidades extraordinárias, mitigando riscos de desabastecimento durante a vigência da contratação.

Os quantitativos finais estimados para cada item resultam, portanto, da conjugação entre:

- (i) demanda informada pelas unidades;
- (ii) projeção técnica baseada no número de leitos CNES e frequência de substituição; e
- (iii) reserva técnica destinada à absorção de variações operacionais.

Os quantitativos consolidados por unidade encontram-se detalhados no Anexo I deste Estudo Técnico Preliminar, enquanto as demandas originalmente apresentadas pelas unidades constam no Anexo II, os quais integram a memória de cálculo da estimativa ora apresentada e permanecem disponíveis para verificação pelos órgãos de controle.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANT.
1	Colchão para uso hospitalar na uti e demais leitos dos pacientes (pacientes de um modo geral), espuma de poliuretano, d-33, medidas aproximadas de 190cm, 18cm, 90cm, para área hospitalar impermeável revestido em napa, ou courvim, cor azul royal, antialérgico, lavável contendo respiros nas laterais, com costuras embutidas, selado pelo INMETRO, gramatura de 420 g/m2 variação de + ou - 5%, garantia de 06 meses.	390923	UND	8802
2	Colchão para berço de uso hospitalar , tamanho p, na dimensão aproximadas de 1,00m x 0,50cm x 0,10cm. Confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça, revestido em courvim, selado pelo INMETRO, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, densidade -33. Garantia de 06 meses.	406329	UND	348
3	Colchão para beliche/cama para repouso , material 100% espuma extrafirme, revestimento impermeável, revestido em napa, ou courvim, selado pelo INMETRO, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, dimensões aproximadas de altura 0,18cm, comprimento 1,88m, largura 0,88m, densidade 33. Garantia de 06 meses..	390923	UND	1733
4	Colchão para maca hospitalar . Usado para receber e transportar, pacientes de um modo geral, em espuma d26, confeccionado em espuma 100% poliuretano de 05 cm. Revestido em material impermeável. Acabamento em courvin. Medidas aproximadas de 1,80 x 0,54 x 0,05 (c x l x a). Cor azul royal, antialérgico, lavável contendo respiros nas laterais, com costuras embutidas, selado pelo INMETRO, garantia de 06 meses.	601392	UND	1331
5	Colchão de ar - SOLTEIRO - ADULTO. COMPOSIÇÃO: Colchão de ar inflável para prevenção de escaras para cama comum solteiro. Em PVC atóxico; com válvula para regulagem de ar; não deforma. TAMANHO/CAPACIDADE: Dimensão: 1,90 m x 90 cm. Resistente até 130kg. Com registro na ANVISA.	449854	UND	1788
6	Travesseiro hospitalar , densidade 12, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano antiácido, antifúngico e antialérgico, medidas aproximadas de 0,60 m x 0,40 m x 0,05 m, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, selada pelo INMETRO. Garantia de 03 meses.	467126	UND	3734

7	Colchonete para berço de recém-nascido em acrílico , densidade 20, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano, medidas aproximadas de 63cm x largura 32cm e altura 04cm, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, tratamento antiácido e antifúngico, selada pelo INMETRO. Garantia de 03 meses.	401297	UND	624
8	Colchão para incubadora , densidade 28, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano, medidas aproximadas de 0,60 m x 0,30 m, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, tratamento antiácido e antifúngico, selada pelo INMETRO. Características adicionais: compatível com incubadora neonatal. Garantia de 03 meses.	401295	UND	425
9	Colchão para berço aquecido , densidade 28, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano, medidas aproximadas de 0,64 m x 0,31 m, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, tratamento antiácido e antifúngico, selada pelo INMETRO. Características adicionais: compatível com berço aquecido. Garantia de 03 meses.	401297	UND	269
10	Rolo de posicionamento , confeccionado em espuma 100% poliuretano, revestido com napa resistente e impermeável selada pelo INMETRO, com costura vulcanizada, densidade D-28. Dimensões aproximadas: 0,45 m x 0,10 m. Garantia de 03 meses.	357334	UND	1818
11	Colchão para berço de uso hospitalar , tamanho p, na dimensão aproximadas de 1,60m x 0,50cm x 0,10cm. Confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça, revestido em courvim, selado, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, densidade -33. Garantia de 06 meses.	364864	UND	144
12	Colchão hospitalar para obesos , uso em UTI e demais leitos, confeccionado em espuma de poliuretano de alta densidade (mínimo D-45), com reforço interno para suportar peso de até 250 kg, medidas aproximadas de 2,00 m de comprimento x 1,00 m de largura x 0,20 m de altura, revestimento impermeável em napa ou courvim hospitalar, cor azul royal, resistente à desinfecção química e ao ressecamento, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais para ventilação interna. Selado pelo INMETRO, gramatura mínima de 420 g/m², variação de ± 5%. Garantia mínima de 06 meses.	614749	UND	880
13	Colchão para bilibêrço , Colchão de gel transparente, confeccionado em gel polímero atóxico, macio, flexível, impermeável, lavável e resistente à desinfecção química. Indicado para uso hospitalar, especialmente em unidades neonatais, incubadoras, berços aquecidos ou bilibêrços. Apresenta superfície lisa, sem costuras, com bordas arredondadas para evitar lesões e facilitar a higienização. Proporciona conforto térmico e distribuição uniforme da pressão, contribuindo para o bem-estar do paciente. Dimensões aproximadas: 325 mm x 575 mm x 9 mm (32,5 cm x 57,5 cm x 0,9 cm). Características adicionais: antialérgico, antiácido, antifúngico, reutilizável, compatível com protocolos de controle de infecção hospitalar. Garantia mínima: 6 meses	Não encontrado	UND	30

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 4.1. A estimativa preliminar do valor da contratação foi elaborada com base nos preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços oriunda do Processo Licitatório nº 00611150.000013/2022-72 (ID 25094214), considerando os quantitativos projetados pela área técnica para atendimento da demanda atual da rede.
- 4.2. Ressalta-se que esta estimativa possui caráter referencial e preliminar, tendo como finalidade:

4.2.1. subsidiar a análise de viabilidade técnica e orçamentária da contratação;

4.2.2. dimensionar o impacto financeiro da solução proposta;

4.2.3. atender ao disposto no art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.3. A apuração do orçamento estimado definitivo, precedida de pesquisa mercadológica atualizada e mapa comparativo de preços, será realizada pela unidade administrativa competente, após a consolidação do Termo de Referência, conforme fluxo processual adotado no âmbito da Administração.
- 4.4. A memória de cálculo da estimativa preliminar foi obtida mediante a aplicação dos preços unitários registrados na ata anterior sobre os quantitativos estimados para a nova contratação, conforme demonstrado no Documento MEMÓRIA DE CÁLCULO (40234629).
- 4.5. Total estimado com base na ata anterior: R\$ 4.226.142,00 (aproximadamente).
- 4.6. Este custo estimado possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. Porém, será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno(art. 24, inciso I da Lei 14.133/2021).
- 4.7. Nas licitações sob a modalidade pregão, é obrigatória a inclusão do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários no processo administrativo que fundamenta a licitação, facultando-se ao gestor, caso julgue conveniente, incluir referido orçamento como anexo ao edital. Acórdão nº 5263/2009 – Segunda Câmara – TCU.
- 4.8. A memória de cálculo, os preços unitários referenciais, os documentos comprobatórios da pesquisa e os parâmetros utilizados para definição do valor estimado constam em documento apartado, devidamente classificado como sigiloso, integrando a fase preparatória do certame.
- 4.9. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratada, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
- 4.10. Justifica-se as vantagens do orçamento sigiloso pontuado as seguintes:

4.10.1. Trata-se de contratação por Sistema de Registro de Preços, com quantitativos elevados e ampla competitividade potencial, sendo o orçamento referência elemento sensível que pode influenciar a formulação das propostas;

4.10.2. A divulgação prévia do valor estimado poderia induzir os licitantes a alinharem suas propostas ao teto da Administração, reduzindo a possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos;

4.10.3. A medida visa mitigar risco de conluio e reduzir assimetria estratégica entre os participantes, estimulando a apresentação de propostas baseadas em seus custos reais e capacidade operacional;

4.10.4. Considerando a essencialidade dos itens para a rede hospitalar e o volume financeiro envolvido, a preservação temporária do sigilo potencializa a economicidade e a vantajosidade da contratação.

4.10.5. Busca diminuir a assimetria de informações entre a administração e o licitante;

4.10.6. Estimula os licitantes a apresentarem propostas reais de preços, de acordo com os seus custos efetivos;

4.10.7. Dificulta a participação de empresas sem expertise, com menor capacidade de planejamento ou responsabilidade técnica na confecção das propostas;

4.10.8. Busca fazer com que os licitantes apresentem suas melhores propostas;

4.10.9. Fomenta a negociação;

4.10.10. Busca evitar o conluio nas licitações, ou seja, tem por escopo principal selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.
- 4.11. A Instrução Normativa nº 65 (IN 65/2021), da Secretaria Especial de desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que disciplina a orçamentação nos processos licitatórios, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto utilizou-se o Artigo 5º da IN 65/2021, conforme demonstrado no Relatório de Pesquisa de Preços anexo a este processo.
- 4.12. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

4.12.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

4.12.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.12.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.
- 4.13. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratada, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

4.14. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 4.14.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na **alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021**;
- 4.14.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 4.14.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.
- 4.15. A estimativa considerou, ainda, os riscos identificados na matriz de riscos da contratação, bem como a possibilidade de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses legalmente previstas.
- 4.16. Ressalta-se que o detalhamento dos quantitativos, especificações técnicas e demais informações necessárias à elaboração das propostas permanecerá integralmente disponível no edital, garantindo plena competitividade e observância ao art. 24 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.17. O orçamento estimado será tornado público imediatamente após o encerramento da fase de julgamento das propostas, assegurando transparência e controle, nos termos do art. 18, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

5. **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos dos arts. 40, inciso V, alínea “b”, e 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação será realizada com parcelamento do objeto, mediante divisão em itens autônomos, com julgamento pelo menor preço por item.

O parcelamento mostra-se tecnicamente viável, uma vez que os bens a serem adquiridos são divisíveis, independentes entre si e não apresentam interdependência técnica ou funcional que exija sua contratação conjunta, podendo ser fornecidos separadamente sem prejuízo à qualidade, à padronização mínima exigida ou à execução contratual.

Sob o aspecto econômico, a divisão por item revela-se mais vantajosa para a Administração, pois amplia a competitividade, evita a concentração de mercado, possibilita a participação de micro e pequenas empresas e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas, em consonância com os princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, afasta-se a adoção de contratação por lote ou grupo, por não se verificar inviabilidade técnica, desvantagem econômica ou necessidade de padronização que justifique a aglutinação dos itens, assegurando-se plena congruência entre o planejamento da contratação, o presente Estudo Técnico Preliminar e o critério de julgamento previsto no Edital.

A contratação poderá ser realizada de forma única ou parcelada, conforme a necessidade apresentada pelas unidades da rede SESAP, levando em conta a capacidade de armazenamento, a disponibilidade orçamentária e o planejamento interno de consumo. Essa definição será feita no momento da abertura do processo de aquisição, com base nas informações levantadas junto às unidades hospitalares e de referência.

6. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (ARTIGO 18, § 1º, INCISO XIII, DA LEI 14.333)**

6.1. Após a análise das alternativas disponíveis no mercado, verificou-se que a aquisição de colchões e acessórios hospitalares com especificações técnicas adequadas ao ambiente assistencial constitui a solução mais apropriada para atendimento da demanda da rede hospitalar. Alternativas como utilização de colchões residenciais, materiais sem revestimento impermeável hospitalar ou sem certificações exigidas foram descartadas por não atenderem às normas sanitárias, aos protocolos de controle de infecção e às exigências de durabilidade e segurança.

6.2. A escolha pela realização de Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, mostra-se adequada em razão da natureza padronizável dos itens, da demanda recorrente e da necessidade de aquisições parceladas ao longo do exercício, garantindo maior competitividade, ganho de escala e racionalização dos recursos públicos.

6.3. A contratação encontra-se em conformidade com a legislação vigente aplicável às contratações públicas, bem como com as normas técnicas sanitárias pertinentes aos produtos de uso hospitalar, observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e planejamento.

6.4. Como impactos e benefícios esperados, destacam-se: a prevenção de desabastecimento nas unidades hospitalares; a melhoria das condições de higiene e segurança para pacientes e colaboradores; a redução de riscos assistenciais decorrentes do uso de materiais inadequados ou deteriorados; e a otimização dos custos ao longo do ciclo de vida dos produtos, em razão da maior durabilidade e padronização.

6.5. O plano de implementação compreenderá a finalização do Termo de Referência, realização do certame na modalidade Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços, formalização da Ata, emissão de instrumentos de contratação conforme a necessidade das unidades, acompanhamento por fiscais designados e monitoramento contínuo da execução contratual.

6.6. Diante das análises técnicas e econômicas realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é adequada, necessária e viável para o atendimento da necessidade administrativa identificada, mostrando-se a solução mais vantajosa para a Administração.

7. **PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA**

7.1. A aquisição de colchão hospitalar está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA de 2026, conforme os dados abaixo:

PCA 2026 - 925550 - ERN - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA

Última atualização: 25/07/2025

Id pca PNCP: 08241754000145-0-000001/2026

Data de publicação no PNCP: 25/07/2025

Local: Natal/RN

Fonte: Compras.gov.br

Valor Total estimado (R\$): R\$ 4.812.696,08

Ou através do link: <https://pncp.gov.br/app/pca/08241754000145/2026/1>

7.2. A demanda de colchão hospitalar foi incluída no PAS do ano de 2026 e está alinhada com os objetivos da instituição.

8. **ANÁLISE DE RISCOS**

8.1. Os principais riscos associados à presente contratação foram identificados e avaliados considerando as etapas de planejamento, contratação e execução do fornecimento de colchão hospitalar destinados às unidades da rede estadual de saúde.

8.2. A análise contemplou a identificação dos eventos de risco, a avaliação da probabilidade de ocorrência e do impacto potencial na contratação, bem como a definição das medidas de controle destinadas a mitigar ou reduzir seus efeitos.

8.3. A matriz contendo a identificação detalhada dos riscos, seus níveis de probabilidade e impacto, bem como as respectivas medidas de tratamento e controle, encontra-se consolidada no documento Análise de Riscos 40234584, que integra os artefatos de planejamento desta contratação e consta nos autos do processo.

DEFINIÇÃO DOS MECANISMOS PARA CONTINUIDADE DO FORNECIMENTO EM EVENTUAL INTERRUPÇÃO CONTRATUAL

8.4. Efetuada a contratação, admitem-se os seguintes cenários como possíveis de interrupção contratual:

8.4.1. Rescisão contratual a pedido do Contratante;

8.4.2. Rescisão contratual a pedido da Contratada;

8.4.3. Falência da Contratada ou incapacidade de continuidade do fornecimento antes da formalização da rescisão contratual.

8.5. O primeiro cenário é admitido em face de descumprimento dos termos contratuais, especialmente quanto aos prazos de entrega, qualidade dos materiais fornecidos ou demais obrigações estabelecidas no instrumento contratual, situação que poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis.

8.6. No segundo cenário, a futura Contratada poderá solicitar a rescisão contratual de forma motivada, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

8.7. Por fim, tem-se o terceiro cenário, caracterizado pela falência da contratada ou eventual incapacidade financeira de continuidade do fornecimento.

PLANOS DE CONTINGÊNCIA

8.8. No primeiro cenário, a fiscalização do contrato deverá emitir alertas e acompanhar a execução contratual de forma contínua, de modo a identificar eventuais falhas no fornecimento. Persistindo o descumprimento contratual, poderão ser adotadas as medidas administrativas cabíveis, inclusive a convocação de licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação do certame.

8.9. No segundo cenário, poderá ser prevista a aplicação de penalidades administrativas em caso de rescisão contratual antecipada por iniciativa da contratada, além da adoção das providências necessárias para assegurar a continuidade do fornecimento.

8.10. No terceiro cenário, como forma de mitigação do risco, será exigida no certame a comprovação da qualificação econômico-financeira da futura contratada, conforme previsto na legislação aplicável.

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

8.11. Os colchão hospitalar poderão ser fornecidos de forma parcelada ou não, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato decorrente, observando-se os quantitativos autorizados em nota de empenho ou ordem de fornecimento.

8.12. As entregas deverão ocorrer diretamente nas Unidades Hospitalares da rede estadual de saúde ou no Grupo de Apoio Administrativo - GAA, quando indicado pela Administração, conforme distribuição definida pela Subcoordenadoria de Apoio Administrativo às Unidades Próprias (SUAUP).

8.13. As entregas deverão estar acompanhadas das respectivas Notas Fiscais, que serão conferidas pelo responsável designado pela unidade recebedora ou pela fiscalização do contrato, devendo ser observadas todas as especificações técnicas e exigências estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

9. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Abrangem aspectos técnicos, funcionais, de qualidade, segurança, conformidade, suporte, prazos, custos e termos legais;

9.2. A entrega está prevista para ocorrer nas unidades hospitalares e no Almoxarifado Central;

9.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.4. Todos os produtos deverão ser entregues conforme a marca licitada (no caso de produtos processados), não sendo permitida a substituição de marcas sem a devida autorização da SESAP, mediante processo formal de solicitação de troca pela Contratada.

9.5. Os funcionários das Contratadas responsáveis pelas entregas deverão apresentar-se com uniformes e EPI's adequados.

9.6. Não serão permitidas, em hipótese alguma, que os funcionários no momento da entrega, se apresentem com vestimentas inadequadas como “*shorts*”, bermuda, camiseta regata, sem camisa ou de sandálias abertas.

9.7. A Contratada deverá enviar funcionários em número suficiente para descarga dos produtos.

9.8. A Contratada deverá portar ferramenta de trabalho que facilite a entrega das mercadorias, como carrinho para o transporte.

9.9. O objeto será recebido:

a) provisoriamente, pelo responsável, através de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal/Fatura (contendo descrição do objeto ofertado pela Contratada), devidamente datado e assinado, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência;

b) após o recebimento provisório do objeto, serão feitos testes para comprovar sua perfeita qualidade de acordo com o especificado no Termo de Referência, bem como o que foi proposto pela Contratada e, caso seja verificada qualquer irregularidade, os mesmos deverão ser substituídos por conta e ônus da Contratada. Somente após o cumprimento dessa determinação pela Contratada, será o objeto dado como recebido definitivamente e aceito;

c) definitivamente, pelo responsável pelo respectivo recebimento, depois de verificada a qualidade, quantidade e compatibilidade com o objeto contratado e sua consequente aceitação mediante atesto e visto por meio dos formulários padronizados no SEI! não sendo aceitável a utilização de carimbos e assinaturas (atesto e visto) apostos no verso da Nota Fiscal.

9.10. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e a proposta a qual é vinculado, devendo ser substituído no prazo de até 03 (três) dias, a contar da data de notificação da Contratante, às suas custas, sem ônus para o Estado e sem prejuízo à aplicação de penalidades.

9.11. Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem, incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do Contratado, conforme Guia de Recolhimento.

9.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Sustentabilidade

9.13. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, incluso nos autos deste processo.

Indicação de marcas ou modelos (41. inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.14. Na presente contratação não será admitida a indicação da(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), tendo em vista a livre participação dos interessados.

Da exigência de amostra

9.15. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

9.16. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

d) Itens que não forem conhecidos da equipe que fará a análise técnica dos produtos.

e) Itens que despertem dúvidas quanto à qualidade, rotulagem, aspecto da embalagem, peso, ressalvado os casos em que os materiais cotados sejam de marca e qualidade já aprovados em fornecimentos anteriores e para os quais não haja registro de reclamações dos usuários dos produtos nas Unidades. Para tanto, é necessário que o licitante descreva minuciosamente os produtos na sua proposta, fazendo constar inclusive as marcas e modelos.

9.17. A apresentação de amostra poderá ser dispensada quando se tratar de produto cujo exemplar já tenha sido aprovado em teste anterior realizado pela contratante ou que já seja conhecida pelos profissionais responsáveis pela emissão do parecer técnico.

9.18. As amostras poderão ser entregues no endereço Avenida Deodoro da Fonseca 730 - Cidade Alta - Natal, no prazo limite de 24 horas, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

9.19. Deverão ser encaminhadas em embalagens que assegurem a sua chegada em perfeitas condições de análise, devidamente identificadas (nome da licitante, modalidade, nº da licitação, data e item a que se refere).

9.20. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

9.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

9.22. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

f) Compatibilidade às especificações exigidas neste Termo de Referência;

g) Rotulagem em conformidade com a legislação vigente - RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020 da ANVISA.

9.23. Os exemplares colocados à disposição da contratante serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados/testados pela equipe responsável pela análise

9.24. A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos do Edital.

9.25. A amostra, quando solicitada, deverá ser encaminhada à Equipe de contratação/SESAP, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

9.26. O envio das amostras ocorrerá sem ônus para a SESAP/RN.

9.27. Os produtos classificados poderão ser submetidos a nova avaliação técnica sempre que a contratante julgar conveniente, ficando seu fornecimento suspenso no caso de reprovação.

9.28. A contratante não se responsabilizará por amostra que seja entregue com embalagem danificada e/ou sem condições para análise.

9.29. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.30. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

9.31. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.32. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

9.33. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

9.34. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

9.35 . Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

9.36 . No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

9.37 . O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Participação de microempresas e empresas de pequeno porte:

9.38. A aplicação da exclusividade para ME/EPP nos itens com valor estimado inferior a R\$ 200.000,00 não se mostra vantajosa para a Administração, enquadrando-se a demanda na hipótese prevista no art. 45, inciso II, da LCE nº 675/2020. Trata-se de contratação por Ata de Registro de Preços, com fornecimento contínuo, quantitativos elevados, distribuição descentralizada para unidades hospitalares em todo o Estado e necessidade de padronização técnica dos materiais, circunstâncias que, se fragmentadas por exclusividade, tendem a ocasionar perda de economia de escala, aumento de custos unitários, dificuldades logísticas e inconveniência operacional, nos termos do parágrafo único, incisos II e III, do referido artigo. Assim, justifica-se a não aplicação do tratamento diferenciado de exclusividade, preservando-se a competitividade e a vantajosidade da contratação.

10. LEVANTAMENTO DE MERCADO

10.1. O planejamento para determinar o quantitativo necessário baseou-se nos registros de leitos ativos constantes no [Cadastro Nacional de Estabelecimento - CNES](#), bem como na análise do volume de atendimentos, taxa média de ocupação e rotatividade de pacientes nas unidades hospitalares contempladas, aplicando-se margem técnica de segurança para evitar desabastecimento.

10.2. Quanto ao levantamento de mercado, foram analisadas as alternativas disponíveis junto a fornecedores especializados em mobiliário e acessórios hospitalares, considerando critérios técnicos, sanitários e econômicos. Verificou-se que os itens especificados (colchões hospitalares por tipo de leito, colchões neonatais, colchões de ar para prevenção de lesões por pressão, rolos de posicionamento e travesseiros hospitalares) possuem características técnicas próprias e finalidades assistenciais distintas, não sendo intercambiáveis entre si, sob pena de comprometer a segurança do paciente, a ergonomia e os protocolos de controle de infecção hospitalar.

10.3. Foram avaliadas alternativas como colchões residenciais comuns, espumas de menor densidade, materiais sem revestimento impermeável hospitalar ou sem certificação do INMETRO, bem como produtos sem registro sanitário quando aplicável. Tais opções foram descartadas por não atenderem às exigências de impermeabilidade, resistência à desinfecção química, durabilidade, suporte de peso específico (inclusive para pacientes obesos), compatibilidade com incubadoras e berços aquecidos, e requisitos de prevenção de lesões por pressão, especialmente em ambientes de UTI e unidades neonatais.

10.4. A padronização das densidades (D-26, D-28, D-33 e D-45, conforme a finalidade), do revestimento impermeável em napa ou courvim hospitalar, da selagem, das costuras embutidas e da certificação pelo INMETRO decorre da necessidade de garantir resistência ao uso contínuo, higienização frequente com agentes químicos e maior vida útil do produto, reduzindo substituições precoces e custos indiretos de manutenção.

10.5. A escolha pela solução especificada considerou o melhor equilíbrio entre custo e desempenho técnico, priorizando produtos com maior durabilidade e adequação sanitária, o que representa economia ao longo do ciclo de vida do objeto, ainda que o valor unitário não seja o menor entre todas as alternativas disponíveis.

10.6. Assim, conclui-se que os itens definidos representam a solução mais vantajosa técnica e economicamente para a Administração, por atenderem às exigências assistenciais, sanitárias e operacionais da rede hospitalar, não havendo outro tipo de material ou modelo que possa substituí-los sem prejuízo à segurança do paciente, à qualidade do atendimento e à conformidade com as normas aplicáveis.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A obtenção desses itens visa suprir as necessidades das unidades hospitalares que atualmente, se encontram sem nenhum processo de aquisição para o ano. A aquisição desses itens, favorecerá uma melhoria na qualidade dos atendimentos em todas as unidades hospitalares do âmbito SESAP, atendendo as normas técnicas e preservando a saúde do paciente e colaborador.

11.1. A solução proposta consiste na aquisição de colchões hospitalares, colchões especializados (UTI, neonatal, incubadora, berço aquecido, maca, colchão de ar para prevenção de lesões por pressão), rolos de posicionamento e travessieiros hospitalares, conforme especificações técnicas definidas neste Estudo Técnico Preliminar, com vistas ao atendimento integral das demandas das unidades hospitalares no âmbito da SESAP.

11.2. Sob o aspecto técnico, os itens deverão ser confeccionados em espuma de poliuretano com densidades compatíveis à finalidade de uso, revestimento impermeável hospitalar (napa ou courvim), resistência à desinfecção química, costuras embutidas ou selagem vulcanizada, tratamento antialérgico, certificação pelo INMETRO e, quando aplicável, registro na ANVISA. As especificações visam garantir durabilidade, segurança do paciente, compatibilidade com os equipamentos hospitalares e conformidade com protocolos de controle de infecção.

11.3. Do ponto de vista operacional, a contratação visa assegurar fornecimento contínuo e padronizado às unidades beneficiadas, evitando desabastecimento e substituições improvisadas por materiais inadequados. A padronização dos itens contribui para otimização do armazenamento, controle de estoque e reposição programada, promovendo maior eficiência logística.

11.4. Sob o aspecto econômico, a solução adotada prioriza o melhor custo-benefício ao longo do ciclo de vida do objeto, considerando durabilidade, resistência ao uso intensivo e redução de substituições precoces. A aquisição planejada e centralizada possibilita ganho de escala e maior competitividade entre fornecedores.

11.5. Quanto aos aspectos legais, a contratação observará integralmente a legislação vigente aplicável às contratações públicas, bem como as normas técnicas sanitárias e de segurança pertinentes aos produtos de uso hospitalar.

- 11.6. O fluxo de recebimento e fiscalização ocorrerá da seguinte forma:
- (i) recebimento provisório dos itens pela unidade ou setor responsável, com conferência quantitativa e verificação inicial das condições de integridade;
 - (ii) conferência qualitativa quanto à conformidade com as especificações técnicas exigidas no edital e termo de referência;
 - (iii) registro formal de recebimento ou de eventual ocorrência;
 - (iv) recebimento definitivo após verificação da conformidade; e
 - (v) em caso de desconformidade, defeito ou vício, notificação da contratada para substituição do item no prazo a ser estabelecido contratualmente, sem ônus para a Administração.
- 11.7. No que se refere à manutenção e assistência técnica, considerando tratar-se de bens de consumo duráveis sem componentes eletromecânicos, não há previsão de manutenção técnica continuada. Eventuais defeitos de fabricação ou inadequações deverão ser sanados mediante substituição do produto durante o prazo de garantia estabelecido.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se contratar os itens relacionados neste Estudo Técnico Preliminar pelo menor preço, observadas a qualidade, especificações e exigências descritas, com vistas a garantir a não interrupção do fornecimento de insumos imprescindíveis para a realização dos atendimentos nas unidades hospitalares, assegurando a melhoria da qualidade assistencial e a segurança do paciente e do colaborador.

Como resultados pretendidos, busca-se:

- (i) assegurar índice de atendimento de 100% das demandas regulares das unidades contempladas, evitando desabastecimento;
- (ii) reduzir o tempo médio de reposição dos itens, mediante planejamento prévio e contratação unificada;
- (iii) minimizar ocorrências relacionadas à utilização de materiais desgastados ou inadequados, contribuindo para a redução de riscos assistenciais;
- (iv) promover economicidade por meio da padronização e ganho de escala na aquisição, possibilitando melhor relação custo-benefício; e
- (v) garantir maior eficiência no ciclo de vida do objeto, com produtos que atendam às especificações técnicas e apresentem durabilidade compatível com a finalidade hospitalar, reduzindo substituições prematuras.

Os resultados serão aferidos por meio do acompanhamento contratual, controle de entregas, registro de ocorrências pelas unidades beneficiadas e análise comparativa de consumo e reposição ao longo da vigência contratual.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado 1 (um) ou mais fiscais do contrato, bem como gestor contratual, por meio de ato formal, para acompanhar e fiscalizar a execução, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento e determinando as medidas necessárias à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. Previamente à celebração do contrato ou emissão de instrumento equivalente, a Administração adotará as seguintes providências:

- (i) formal designação dos fiscais e gestor do contrato;
- (ii) ciência formal dos designados quanto às suas atribuições e responsabilidades;
- (iii) orientação quanto às rotinas de recebimento provisório e definitivo, conferência quantitativa e qualitativa dos itens, registro de ocorrências e procedimentos para notificação da contratada; e
- (iv) verificação da adequação dos espaços físicos destinados ao armazenamento dos itens, garantindo condições compatíveis com as exigências sanitárias.

13.3. Quanto à capacitação, os servidores designados para a fiscalização e gestão contratual deverão possuir conhecimento prévio das normas aplicáveis às contratações públicas e às rotinas de fiscalização, podendo ser submetidos a orientações internas, manuais institucionais ou capacitações promovidas pela Administração, a fim de mitigar riscos de inexecução contratual, recebimento inadequado de materiais ou falhas na fiscalização.

13.4. Após a conclusão do Estudo Técnico Preliminar, será elaborado o Termo de Referência, observando as normas da fase interna. Sendo aprovado pela Autoridade Competente da SESAP, será realizada licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços. Após homologação e assinatura da Ata de Registro de Preços, as contratações ocorrerão conforme a necessidade da Administração.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

14.1. Não há contratações correlatas.

15. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. Não há previsão de impactos ambientais com essa contratação.

15.2. No entanto, em observância à promoção do desenvolvimento sustentável, as especificações para a aquisição de bens, buscaram atender critérios de sustentabilidade ambiental, atentando-se para os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas que deram origem aos bens ou serviços a serem contratados.

15.3. Por fim, serão adotados, sempre que viáveis, critérios plausíveis com os praticados no mercado local e nacional, mas como regra geral o equilíbrio entre os três princípios norteadores da licitação pública: sustentabilidade, economicidade e competitividade.

ANEXO I
PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO.

QUANTITATIVO COLCHÃO HOSPITALAR 12 MESES		1° Região - S. José Mipibu		2° Região - Mossoró						3° Região João Câmara
		Hospital Regional Monsenhor Antônio Barros - São José de Mipibú	Hospital Lindolfo Gomes Vidal - Santo Antônio	Hospital da Mulher	Hospital Rafael Fernandes - Mossoró	Hemocentro Regional de Mossoró	Hospital Regional Hélio Morais Marinho - Apodi	Hospital Regional Dr. Aguiinaldo Pereira - Caraúbas	Hospital Regional Dr. Tarcísio Maia - Mossoró	Hospital Regional João Câmara
Leitos cadastrados no CNES		44	61	80	38	2	62	29	189	74
Quantidade considerando 3 trocas		132	183	240	114	6	186	87	567	222
NECESSIDADE APRESENTADA PELAS UNIDADES CONFORME PROCESSO SEI Nº 00611150.000322/2025-95										
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO	QUANT/ANO
1	Colchão para uso hospitalar na uti e demais leitos dos pacientes (pacientes de um modo geral), espuma de poliuretano, d-33, medidas aproximadas de 190m, 18cm, 90cm, para área hospitalar impermeavel revestido em napa, ou courvim, cor azul royal, antialérgico, lavável contendo respiros nas laterais, com costuras embutidas, selado, gramatura de 420 g/m2 variação de + ou - 5%, garantia de 06 meses.	UND	132	183	240	114	6	186	87	567
2	Colchão para berço de uso hospitalar, tamanho p, na dimensão aproximadas de 1,00m x 0,50cm x 0,10cm. Confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça, revestido em courvim, selado, resistente a desinfecção química	UND	50	0	340	74	6	0	0	0

	e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, densidade -33. Garantia de 06 meses.										
3	Colchão, (para beliche/cama para repouso), material 100% espuma extrafirme, revestimento impermeável, revestido em napa, ou courvim, selado, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, dimensões aproximadas de altura 0,18cm, comprimento 1,88m, largura 0,88m, densidade 33. Garantia de 06 meses..	UND	50	50	80	20	8	40	10	100	60
4	Colchão para maca hospitalar . Usado para receber e transportar, pacientes de um modo geral, em espuma d26 com espuma de 05 cm. Revestido em material impermeável. Acabamento em courvin. Medidas aproximadas de 1,80 x 0,54 x 0,05 (c x l x a). Cor azul royal, antialérgico, lavável contendo respiros nas laterais, com costuras embutidas, selado, garantia de 06 meses.	UND	23	15	15	8	2	23	38	115	77
5	Colchão de ar. Colchão de ar para uso hospitalar em pacientes de longa permanência no leito. Material: pvc atóxico, preenchido com esferas poliestireno, características adicionais; com válvula para regulagem de ar. Aplicação: posicionar paciente no leito. Dimensões aproximadas, 100 x 150cm.	UND	20	30	20	20	0	20	20	300	100
6	Travesseiro hospitalar, confeccionado em napa 100% pvc, material antialérgico o que vai lhe proporcionar muito mais conforto e higiene. O que evita que o paciente tenha mais incômodos do que o necessário, garantindo um toque macio e agradável para a pele. Características do produto: espuma selada 100% poliuretano flocada; revestimento em napa 100% pvc. Prazo de garantia do produto: garantia legal: aproximadamente 90 dias.	UND	120	45	218	45	5	109	64	364	0
7	Colchonete para berço de RN em acrílico, confeccionado em espuma poliuretano, densidade 20 revestido com capa plástica lavável com ilhoses. Dimensões aproximadas; comprimento 63cm x largura 32cm e altura 04cm. Garantia de 1 ano contra defeitos de fabricação	UND	20	20	20	20	20	20	20	20	20
8	Colchão para incubadora: colchão de uso hospitalar. Material: espuma, formato: selado, revestido em courvin, densidade: d-28, comprimento: 60 cm, largura: 30 cm, características adicionais: compatível com incubadora neonatal.	UND	20	2	90	0	0	0	0	0	2
9	Colchão para berço aquecido: colchão de uso hospitalar material: espuma, aplicação: compatível com berço aquecido, comprimento: aproximadamente 64 cm, largura: aproximadamente 31 cm, características adicionais: revestido pvc, selagem hermética, resistente, lavável, densidade mínima comprovada de 28 , formato: selado revestido em napa.	UND	20	2	30	0	0	0	0	0	2
10	Rolo de posicionamento, confeccionado em espuma, revestido com napa resistente e impermeável selada pelo INMETRO, com costura vulcanizada, densidade D-28. Dimensões aproximadas: 0,45 m x 0,10 m. Garantia de 03 meses.	UND	23	23	15	23	0	38	0	0	23
11	Colchão para berço de uso hospitalar, tamanho p, na dimensão aproximadas de 1,60m x 0,50cm x 0,10cm. Confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça, revestido em courvim, selado, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, densidade -33. Garantia de 06 meses.	UND	0	0	60	0	0	0	0	0	0
12	Colchão hospitalar para obesos - uso em UTI e demais leitos, confeccionado em espuma de poliuretano de alta densidade (mínimo D-45), com reforço interno para suportar peso de até 250 kg, medidas aproximadas de 2,00 m de comprimento x 1,00 m de largura x 0,20 m de altura, revestimento impermeável em napa ou courvim hospitalar, cor azul royal, resistente a desinfecção química e ao ressecamento, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais para ventilação interna. Selado pelo INMETRO, gramatura mínima de 420 g/m², variação de ± 5%. Garantia mínima de 06 meses.	UND	13	18	24	11	1	19	9	57	22
13	Colchão para bilibêrço em silicone, confeccionado em silicone maciço e flexível, atóxico, impermeável, lavável, resistente a produtos químicos para desinfecção, com tratamento antiácido e antifúngico. Medidas aproximadas de 0,60 m x 0,30 m x 0,03 m, compatível com equipamentos de bilibêrço para fototerapia neonatal. Superfície lisa, sem costuras, com bordas arredondadas para evitar lesões. Deve ser transparente ou translúcido, material radio transparente permite a tomada de radiografias no próprio berço ou incubadora. Garantia mínima de 06 meses.	UND	4		4						


ANEXO II
QUANTITATIVOS SOLICITADOS NO PROCESSO ANTERIOR


ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANT.
1	Colchão para uso hospitalar na uti e demais leitos dos pacientes (pacientes de um modo geral), espuma de poliuretano, d-33, medidas aproximadas de 190m, 18cm, 90cm, para área hospitalar impermeável revestido em napa, ou courvim, cor azul royal, antialérgico, lavável contendo respiros nas laterais, com costuras embutidas, selado pelo INMETRO, gramatura de 420 g/m2 variação de + ou - 5%, garantia de 06 meses.	390923	UND	7686
2	Colchão para berço de uso hospitalar , tamanho p, na dimensão aproximadas de 1,00m x 0,50cm x 0,10cm. Confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça, revestido em courvim, selado pelo INMETRO, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, densidade -33. Garantia de 06 meses.	406329	UND	288


3	Colchão para beliche/cama para repouso , material 100% espuma extrafirme, revestimento impermeável, revestido em napa, ou courvim, selado pelo INMETRO, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, dimensões aproximadas de altura 0,18cm, comprimento 1,88m, largura 0,88m, densidade 33. Garantia de 06 meses..	390923	UND	1649
4	Colchão para maca hospitalar . Usado para receber e transportar, pacientes de um modo geral, em espuma d26, confeccionado em espuma 100% poliuretano de 05 cm. Revestido em material impermeável. Acabamento em courvin. Medidas aproximadas de 1,80 x 0,54 x 0,05 (c x l x a). Cor azul royal, antialérgico, lavável contendo respiros nas laterais, com costuras embutidas, selado pelo INMETRO, garantia de 06 meses.	601392	UND	1706
5	Colchão de ar – SOLTEIRO - ADULTO . COMPOSIÇÃO: Colchão de ar inflável para prevenção de escaras para cama comum solteiro. Em PVC atóxico; com válvula para regulagem de ar; não deforma. TAMANHO/CAPACIDADE: Dimensão: 1,90 m x 90 cm. Resistente até 130kg. Com registro na ANVISA.	449854	UND	1800
6	Travesseiro hospitalar , densidade 12, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano antiácido, antifúngico e antialérgico, medidas aproximadas de 0,60 m x 0,40 m x 0,05 m, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, selada pelo INMETRO. Garantia de 03 meses.	467126	UND	3720
7	Colchonete para berço de recém-nascido em acrílico , densidade 20, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano, medidas aproximadas de 63cm x largura 32cm e altura 04cm, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, tratamento antiácido e antifúngico, selada pelo INMETRO. Garantia de 03 meses.	401297	UND	354
8	Colchão para incubadora , densidade 28, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano, medidas aproximadas de 0,60 m x 0,30 m, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, tratamento antiácido e antifúngico, selada pelo INMETRO. Características adicionais: compatível com incubadora neonatal. Garantia de 03 meses.	401295	UND	317
9	Colchão para berço aquecido , densidade 28, na cor azul royal, confeccionado em espuma 100% poliuretano, medidas aproximadas de 0,64 m x 0,31 m, revestido em napa, ou courvim, em material lavável, impermeável, resistente a uso de produtos químicos para desinfecção, com selagem vulcanizada, tratamento antiácido e antifúngico, selada pelo INMETRO. Características adicionais: compatível com berço aquecido. Garantia de 03 meses.	401297	UND	233
10	Rolo de posicionamento , confeccionado em espuma 100% poliuretano, revestido com napa resistente e impermeável selada pelo INMETRO, com costura vulcanizada, densidade D-28. Dimensões aproximadas: 0,45 m x 0,10 m. Garantia de 03 meses.	357334	UND	2340
11	Colchão para berço de uso hospitalar , tamanho p, na dimensão aproximadas de 1,60m x 0,50cm x 0,10cm. Confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça, revestido em courvim, selado, resistente a desinfecção química e ressecamento, na cor azul royal, com costuras embutidas, impermeáveis, antialérgico, lavável, contendo respiros nas laterais, densidade -33. Garantia de 06 meses.	364864	UND	72

(Assinado Eletronicamente)
Hiuli Maria Germano da Silva
Chefe de Grupo Auxiliar

(Assinado Eletronicamente)
Winayara Thayane dos Santos Silva
Subcoordenadora de Apoio Administrativo às Unidades Próprias

 Documento assinado eletronicamente por **HIULI MARIA GERMANO DA SILVA, Chefe de Grupo**, em 24/03/2026, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).

 Documento assinado eletronicamente por **WINAYARA THAYANE DOS SANTOS SILVA, Subcoordenadora de Apoio às Unidades Próprias**, em 24/03/2026, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40234074** e o código CRC **791655C4**.